



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Mariah de Moraes L. Vieira

Primavera Secundarista:

Movimento Estudantil "Ocupa Simão" e a Formação Política de jovens na escola pública.

FLORIANÓPOLIS,
2024

Mariah de Moraes L. Vieira

Primavera Secundarista:

Movimento Estudantil "Ocupa Simão" e a Formação Política de jovens na escola pública.

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Patricia Laura Torriglia.

Florianópolis

2024

Vieira, Mariah

Primavera Secundarista: Movimento Estudantil "Ocupa Simão" e a Formação Política de jovens na Escola Pública / Mariah Vieira ; orientadora, Patricia Torriglia, 2024.

83 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Movimento Estudantil. 3. Ocupações 2016. 4. Primavera Secundarista. I. Torriglia, Patricia. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Pedagogia. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Mariah de Moraes Lima Vieira

Primavera Secundarista: Movimento Estudantil "Ocupa Simão" e a Formação Política de jovens na escola pública.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia e aprovado em sua forma final pelo Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 16 de agosto de 2024.

Coordenação do Curso

Banca examinadora

[Empty dotted box for the first member of the examining board]

Prof.(a) Dr.(a)
Orientador(a) Patricia L. Torriglia (UFSC)

[Empty dotted box for the second member of the examining board]

Prof.(a) Dr.(a) Simone Vieira Souza (UFSC)

[Empty dotted box for the third member of the examining board]

Prof.(a) Dr.(a) Celia Vendramini (UFSC)

[Empty dotted box for the fourth member of the examining board]

Luiz F. Paiva (UFSC)

[Empty dotted box for the fifth member of the examining board]

Carolina Puerto (UFSC)

Florianópolis, 2024.

Dedico este trabalho aos jovens que engajam suas vidas no movimento estudantil. Em especial, ao jovem Moacyr, meu "Vô Dudu" (*in memoriam*), membro da diretoria da União Catarinense dos Estudantes durante a ditadura militar.

AGRADECIMENTOS

Abro este texto saudando o jovem guerreiro forjado a ferro e fogo, Oxaguiã, por precisar a força que traz à minha cabeça e Odoyá pelo equilíbrio em meu viver. Salve!

Cada passo dado neste mundo só foi possível pelo caminho semeado por minha mãe Patricia, guardiã das infâncias, mulher de muita fé, de passos firmes; e por meu pai Alexandre, que monta guarda ao meu lado, quem me ensinou a cerrar os punhos e a dançar Bee Gees. Agradeço o que trilharam e por serem minhas maiores referências, por me formarem o que sou. Sem vocês, nada seria possível. Agradeço também por me apresentarem o maior e incontestável amor do mundo: o que sinto pelo meu irmão, João Pedro.

Ao Kafka, meu cachorro, amigo e companheiro desde os 10 anos de idade. Por me receber diariamente com o rabo balançando e o coração disparado em sintonia. Kafka me acompanha em diferentes fases da vida e em especial, durante a escrita deste trabalho, sua companhia trouxe intervalos de muita fofura – fato fundamental para o equilíbrio do ofício de escrever.

Ao Julio, meu companheiro de domingos vermelhos e pôr do sol no Sambaqui, meu camarada, poeta, comunista, filósofo e tantas outras coisas mais que admiro. Agradeço pela paciência de acompanhar esta jornada, pelo inegociável apoio e por ser meu primeiro leitor.

Aos meus avós, Moacyr, Miguel, Iracema e Lili, por me ancorarem à ancestralidade de nossa família. Desde pequena aprendi a amar vocês em suas delicadezas e simplicidades. Qualidades estas que almejo carregar no olhar até hoje.

Aos meus amigos e colegas de curso, Nina e Paulo, que juntos, formamos um trio até o final da graduação, onde agora viveremos rumos diferentes. Tudo se tornou mais leve com nossos cafés nos intervalos, nossos trabalhos realizados em grupo e com o laço que fortalecemos nesta amizade.

Aos meus colegas da E.E.B Simão José Hess, que tornaram possível o movimento Ocupa Simão e dividiram *a dor e a delícia de ser o que se é*: um movimento emancipatório de jovens da escola pública, que sonharam e construíram uma escola sob outro molde. Meu respeito por cada um de vocês.

À Universidade Federal de Santa Catarina, por possibilitar em nossas formações o acesso, ainda que não nas escalas que sonhamos, à arte, cultura e lazer. Que este espaço, tão almejado por muitos, cada vez mais se pinte de povo e retorne à sociedade aquilo que há de melhor. Pelo seu caráter público, gratuito e de qualidade, agradeço por me receber e proporcionar tantas experiências formativas que ultrapassam as salas de aula.

Por falar em experiências formativas, agradeço ao Movimento Estudantil da UFSC, em especial ao Centro Acadêmico Livre de Pedagogia, meu primeiro espaço de militância nesta universidade e

que carrega em sua história importantes presenças. Ao Diretório Central dos Estudantes, entidade em que tive a honra de ser Coordenadora Geral durante a gestão *À Todo Vapor!* Por todos os colegas e estudantes que dividi as fileiras do Movimento Estudantil da UFSC, meu muito obrigada.

Pela alvorada de novos tempos, a Juventude Comunista Avançando, essa escola de quadros, de jovens comprometidos com o futuro tomado por nossas mãos, semeando a primavera entre os canhões. Meu agradecimento também a nossa organização adulta, o Polo Comunista Luiz Carlos Prestes, que olha por nosso amanhecer. À cada camarada que divido as trincheiras, minha admiração profunda.

Ao Instituto de Memória e Direitos Humanos da UFSC, o qual pude participar durante dois anos como bolsista de extensão e que contribui para a recuperação da memória, verdade e justiça sobre nosso passado sombrio, também na Universidade.

À professora Patricia L. Torriglia que aceitou o convite de orientação e estabeleceu diálogos importantes com o trabalho. Pela sua paciência, precisão e ensinamentos, eu agradeço com enorme carinho. Também às professoras Simone de Souza, Carolina Puerto, Celia Vendramini e ao Luiz Felipe Paiva, pela generosidade em ler e contribuir com seus olhares para o texto.

Por fim, agradeço às crianças. Nominalmente aos meus afilhados Alice, Henrique e Sebastian, que me ensinam a assentar atenção aos detalhes preciosos da vida e que transformam as singelas tardes com minha presença em uma infinidade de brincadeiras. Mas também à todas as crianças que cruzaram e as que ainda cruzarão meu caminho, por representarem aquilo que faz renovar a esperança. Se hoje me formo pedagoga, foi por muitos aprendizados que tive com as crianças.

Este trabalho representa algo feito por muitas mãos. Finalizo esta etapa com ânsia pelo que virá e profundo agradecimento pelo que passou. Muito obrigada a todos que fizeram parte desta jangada.

SAUDAÇÃO ESTUDANTIL

*Para Édson Luís de Lima Souto,
assassinado pela Polícia Militar.*

[...]

*Nós,
os estudantes de um Brasil que ensina a tirania,
não temeremos as bombas de gás lacrimogêneo
lançadas pelos teus assassinos
contra as passeatas com nossos mortos,
não nos amedrontam as balas,
não nos deterão os fuzis,
não nos acovardarão os generais,
não nos intimidarão os cassetetes,
não nos impedirão a vitória.*

[...]

*Nós,
os estudantes de um País
que nos impede o saber,
mas nos ensina a tirania,
te saudamos como um exemplo
de luta
e rebeldia,
um mártir destes anos,
um libertador de sonhos,
um herói da Liberdade.*

(Aguiar, 2005, p.55-57)

RESUMO

Em 2016 o Brasil foi palco da *Primavera Secundarista*, movimento de jovens que ocuparam escolas públicas em todo o país. O contexto de golpe parlamentar e o avanço de pautas conservadoras na câmara de deputados e no senado federal, fizeram emergir o movimento de oposição ao projeto que se esboçava para o sucateamento e privatização do serviço público, em especial, como foco do presente trabalho e do movimento, a educação pública. A presente monografia objetiva analisar a gênese, pautas e a organização da *Primavera Secundarista*, tendo como principal objeto de análise a ocupação realizada na E.E.B. Simão José Hess, intitulada *Ocupa Simão*. O texto está dividido em cinco seções. Após a introdução e a contextualização dos caminhos teóricos metodológicos da pesquisa, que são guiados pelo materialismo histórico-dialético, há a segunda seção, em que foi retomada uma breve história do movimento estudantil no Brasil, referenciando atos, movimentos sociais e passagens em que os estudantes secundaristas tiveram destaque. Na terceira seção, a gênese do movimento em 2016, suas principais pautas e conjuntura política. Na quarta, debruçou-se sobre os aspectos singulares da *Ocupa Simão*, tecendo análise político pedagógica e resgatando sua história, da qual, a autora deste trabalho fez parte. Nas considerações finais, é reafirmado a contribuição da formação política de jovens da escola pública para que o movimento fosse possível, assim como, é reconhecido o acúmulo formativo ao participarem e, alterarem os rumos da política no Brasil.

Palavras-chave: Primavera Secundarista; Ocupações 2016; Movimento Estudantil.

ABSTRACT

In 2016, Brazil was the stage of "*Primavera Secundarista*", a movement of young people who occupied public schools across the country. The context of a parliamentary coup and the advancement of conservative agendas in the chamber of deputies and in the federal senate, gave rise to the opposition movement of the project that was outlined for the scrapping and privatization of the public service, in particular, as the focus of the present work and the movement, public education. The monograph aims to analyze the genesis, agenda and organization of "*Primavera Secundarista*", having as its main object of analysis the occupation carried out at E.E.B. Simão José Hess, entitled "*Ocupa Simão*". The text is divided into five sessions. After the introduction, the theoretical methodological paths of the research were contextualized, which are guided by historical-dialectic materialism. In the second section, a brief history of the student movement in Brazil was resumed, referencing acts, social movements and passages in which high school students were prominent. In the third section, the genesis of the movement in 2016, its main agendas and political situation. In the fourth, the focus is on the unique aspects of *Ocupa Simão*, weaving political pedagogical analysis and rescuing the history, of which the author of this work was part. In the final considerations, the contribution of the political training of young people from public schools to making the movement possible is reaffirmed, as well as the educational accumulation in participating and changing the direction of politics in Brazil.

Keywords: Secondary Spring; Occupations 2016; Student Movement.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária

AI-5 - Ato Institucional nº5

ALESC - Assembleia Legislativa do Estado

CPC - Centro Popular de Cultura

EEB - Escola de Educação Básica

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FEEB - Federação dos Estudantes Brasileiros

IFC - Instituto Federal Catarinense

IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais

JEC - Jornada Escolar Completa

LDB - Lei de Diretrizes de Bases da Educação

LOCE - Lei Orgânica Constitucional de Ensino

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MST - Movimento Sem Terra

NEIM - Núcleo de Educação Infantil Municipal

OCDE - Organização do Comércio e Desenvolvimento Econômico

OS - Organizações Sociais

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PNE - Plano Nacional da Educação

PPGE - Programa de Pós Graduação em Educação

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

PT - Partido dos Trabalhadores

UaB-EAD – Universidade Aberta do Brasil – Ensino a Distância

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UDESC - Universidade Estadual de Santa Catarina

UFES - União Florianopolitana dos Estudantes Secundaristas

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNES - União Nacional dos Estudantes Secundaristas

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 CAMINHOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS	13
2 BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL	16
2.1 "OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR TAMBÉM NA EDUCAÇÃO"	21
3 AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS EM 2016.....	25
3.1 DO GOLPE ÀS CONTRARREFORMAS	28
4 O MOVIMENTO OCUPA SIMÃO	37
4.1 PRÓLOGO: A ESCOLA É NOSSA!	39
4.2 ATO: OCUPAR E RESISTIR!	44
<i>4.2.1 Organização</i>	<i>45</i>
<i>4.2.2 Formação</i>	<i>51</i>
<i>4.2.3 Direção escolar</i>	<i>54</i>
4.3 EPÍLOGO: LUTAR E RESISTIR!	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE A:	70
APÊNDICE B:.....	71
APÊNDICE C:.....	72
APÊNDICE D:	73
APÊNDICE E:.....	74
APÊNDICE F:	76
ANEXO 1	79

1 INTRODUÇÃO

Início este trabalho partilhando daquilo que motivou o interesse teórico deste tema. Em 2016, ano de golpe parlamentar e ascensão do conservadorismo no Brasil, o movimento estudantil teve protagonismo na disputa pela educação pública, contra as investidas de setores privados e dos grandes monopólios da educação. É neste contexto em que escolas tornaram-se palco das reivindicações por uma educação pública de qualidade, sendo não só oposição aos projetos de contrarreformas do então presidente do Brasil Michel Temer (2016-2018), mas sobretudo, constituíram-se em proposições. As escolas passaram a ser pensadas pelos estudantes e para os estudantes.

A escolha desta pesquisa está no fato de ter participado e construído este movimento. Em 2016, compus o movimento estudantil Ocupa Simão da Escola de Educação Básica Simão José Hess e partilhei da elaboração de um outro projeto para a educação pública, junto a um coletivo de jovens secundaristas. Sonhávamos com uma escola que não presenciávamos sob os moldes institucionalizados da *escola tradicional*, que segundo Saviani (1983) é caracterizada por uma abordagem centrada no professor, onde o educador é a fonte principal de conhecimento e os alunos têm um papel passivo.

Não obstante, a disparidade entre o potencial transformador da educação e as políticas que, ao invés de promoverem a emancipação dos sujeitos, contribuíram para a perpetuação das desigualdades sociais, foram motes das mobilizações estudantis que ocorreram Brasil afora neste ano. Tendo como protagonistas os estudantes do ensino médio de escolas públicas, o movimento foi nomeado de "*Primavera Secundarista*" e organizou-se a partir da referência de outros movimentos políticos que lhes antecedeu, como a Revolta dos Pinguins no Chile em 2006¹. Durante este período, os estudantes ocuparam prédios públicos de escolas, organizaram debates, atividades artístico-culturais e manifestações em oposição ao projeto educacional ligado aos interesses do capital financeiro, que o governo federal esforçava-se em implementar.

A escolha do fundamento teórico deste trabalho destaca a dimensão política do objeto de pesquisa, com foco na análise do movimento secundarista Ocupa Simão e a formação política de jovens na escola pública, considerando esta relação dialeticamente uma vez que esta, é condição básica para que os jovens tenham se organizado em torno da luta pela educação pública, ao mesmo passo em que se compreende esta experiência como formadora política também. A partir disto, a

¹ A "Revolta dos Pinguins" foi um movimento estudantil que ocorreu no Chile em 2006. O nome "Pinguins" refere-se aos uniformes escolares usados pelos estudantes chilenos, que se assemelham ao traje do animal. Esse movimento foi uma resposta à desigualdade no sistema educacional chileno e às condições precárias das escolas públicas. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2016/ha-10-anos-pinguins-marchavam-no-chile-como-isso-mudou-a-educacao/>

retomada histórica da conjuntura nacional que antecedeu este período, com foco na contrarreforma do ensino médio, na lei da mordaza/Projeto Escola Sem Partido e na Proposta de Emenda Constitucional nº241/2016, bem como, a configuração do movimento Ocupa Simão e as práticas políticas e pedagógicas construídas pelos estudantes secundaristas, serão analisadas a fim de entender novas possíveis contribuições sobre as disputas de políticas e projetos educacionais no Brasil.

A compreensão destes projetos políticos enquanto "contrarreformas" norteia o trabalho e baseia-se em Florestan Fernandes (1975) uma vez que essas políticas, à medida em que empreendem a retirada de direitos e conformam a educação a serviço do sistema capitalista, mantém a ordem social vigente, ao invés de contribuir para a transformação da realidade social, que por sua vez, é calcada em desigualdades, não se tratando, portanto, de reformas, mas sim, contrarreformas.

Além disso, pretende-se compreender os recursos políticos e pedagógicos da categoria de Ocupação, pois como o Movimento Sem Terra (MST) nos inspira a pensar, a Ocupação diferencia-se da "invasão" porque trata-se do direito legítimo dos povos de restituir aquilo que lhes foi roubado. Nessa direção, estudar o protagonismo dos estudantes secundaristas neste processo, visa compreender como os estudantes buscaram tomar pelas próprias mãos um projeto educacional que segundo bell hooks (1994) nos *ensina a transgredir*.

Para situar historicamente a *Primavera Secundarista*, retomamos, ainda que brevemente, a história do movimento estudantil brasileiro, pois é a partir deste resgate que encontram-se pistas sobre a formação política de jovens na escola pública. Parte da história do país pode ser contada a partir das lutas lideradas pelo movimento estudantil, que não se limitou somente aos próprios interesses na educação, mas sobretudo, contribuiu ativamente para os rumos do país, como por exemplo, nas lutas contra a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).

Em 2016, mais de mil escolas foram ocupadas em todo o país e, além das pautas locais, somavam-se medidas tomadas pelo governo federal visando flexibilizar legislações de proteção ao trabalho e à previdência social, estabelecer um regime de austeridade de longo prazo com vistas a restringir violentamente o financiamento de políticas sociais e alterar os rumos das políticas educacionais.

Conforme Reis (2017, p. 247), entre prédios da educação básica e do ensino superior, o estado de Santa Catarina registrou um total de 34 ocupações neste contexto. Especificamente na educação básica, houve ocupações em 22 estabelecimentos, que produziram experiências auto organizativas, horizontalizadas de gestão e o uso do espaço escolar, conflitando com diferentes antagonistas, elevando o tom do debate público sobre o cenário político do país e confrontando currículos preexistentes, inserindo outros temas e pedagogias no movimento de ensinar e aprender da escola.

Destaca-se ainda que os dados coletados no estudo apresentam dimensões de disputas políticas dentro do próprio movimento. Este fato instiga-nos a refletir sobre as intenções partidárias no registro de escolas ocupadas no ano de 2016, assim como, aponta-nos a dimensão ainda maior do que fora o movimento da *Primavera Secundarista*. Com isso, o movimento de ocupar e resistir nas e pelas escolas públicas, apresenta-se como uma luta histórica e faz-nos questionar sobre a formação política dos jovens que, com estas condições históricas, tornaram possível partilhar o sonho de um outro projeto educacional, mas também, a formação política acumulada pela luta coletiva vivenciada foi o que possibilitou a sua organização.

A partir do exposto, o objetivo geral da pesquisa é o de analisar o movimento secundarista Ocupa Simão e a formação política de jovens na escola pública. Os desdobramentos específicos dessa intencionalidade são, analisar as referências bibliográficas que abordam a temática; estudar o campo da formação política de estudantes; compreender a categoria de ocupação no contexto das escolas de ensino médio; levantar os registros do movimento Ocupa Simão; investigar a gênese e a configuração do movimento secundarista Ocupa Simão.

Por fim, espera-se que o presente trabalho sirva como documentação do movimento Ocupa Simão, bem como, venha a contribuir para o campo de estudos e pesquisa sobre o movimento estudantil no Brasil, entendendo este como de fundamental importância para semear e, com isso, fazer florescer, novas primaveras.

1.1 Caminhos teóricos metodológicos

Em busca de uma abordagem metodológica que comportasse o caráter histórico e político deste objeto de estudo, optou-se realizar uma pesquisa histórica, que, pela leitura concreta da realidade a partir do materialismo histórico-dialético, concebe o ser humano enquanto capaz de conhecer a realidade material a partir de suas determinações e sobre determinações concretas (MARX, 2013). Na lógica dialética, os sujeitos em seu processo de captura do mundo objetivo, além da compreensão sobre ele, o ser humano consegue agir transformando a natureza (metabolismo fundamental) e, nesse processo, ser transformado também. Isso significa, que nos processos de apropriação do real, das escolhas e dos meios necessários para realizar a manutenção de sua existência, além de uma intervenção pode vir acontecer a transformação da natureza em produtos, objetos e ferramentas que facilitam a existência da espécie e sua reprodução. Compreendendo a ininterrupta configuração da história no movimento do mundo objetivo, todos os fenômenos são afetados pela dialética, em que nesse movimento contraditório acontece a emergência de elementos novos que se incorporam nas relações sociais favorecendo as mudanças e transformações dos fenômenos e dos acontecimentos.

Assim, analisar a *Primavera Secundarista* com base no materialismo histórico-dialético implica examinar os eventos à luz das relações sociais, das contradições de classe e da dinâmica histórica que caracterizam a sociedade capitalista. É a partir desta concepção que a pesquisa visa analisar aspectos do movimento secundarista Ocupa Simão, prevendo um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas de um lado e a pesquisa empírica, do outro, pois a partir de (Thompson, 1981, p.49) o interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese e o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas. Trata-se de um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, pois possibilita o estudo dos fenômenos em movimento e exige constantes modificações nos seus procedimentos de análise, para captar os movimentos do evento histórico (Hostins, 2004, p.2). Nesse sentido, a história é a memória necessária dos povos já que, compreender o passado, dignifica o presente e projeta o futuro.

Essa abordagem procura proporcionar uma visão contextualizada, indo além das figuras históricas proeminentes e dos eventos políticos e econômicos para capturar a história vivida pelos movimentos de massas, em especial o estudantil. Com isso, importa-nos captar detalhadamente as articulações do movimento estudantil na Ocupa Simão, a sua gênese, contradições implicadas na realidade e transformações. Para tanto, buscou-se analisar a formação política de jovens na escola pública, as referências bibliográficas que abordam a temática, a gênese e a configuração do movimento Ocupa Simão.

Para compreender a categoria de ocupação no contexto das escolas de ensino médio, recorreu-se aos acúmulos de movimentos populares e sociais que abordam a temática. Levantou-se registros no acervo em fonte primária do movimento Ocupa Simão e realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o que os autores têm acumulado da Primavera Secundarista a nível nacional, com a finalidade de articular as produções nacionais sobre a temática com o vivenciado pela Escola de Educação Básica Simão José Hess, local de início do movimento Ocupa Simão. Nas palavras de Thompson em relação à prática histórica, expressando que ela:

[...] está, acima de tudo, empenhada nesse tipo de diálogo, que compreende: um debate entre, por um lado, conceitos ou hipóteses recebidos, inadequados ou ideologicamente informados, e, por outro, evidências recentes ou inconvenientes; a elaboração de novas hipóteses; o teste dessas hipóteses face às evidências, o que pode exigir o interrogatório das evidências existentes, mas de novas maneiras, ou uma renovada pesquisa para confirmar ou rejeitar as novas noções; a rejeição das hipóteses que não suportam tais provas e o aprimoramento ou revisão daquelas que as suportam, à luz desse ajuste (Thompson, 1981, p. 54)

A partir disto, portanto, objetiva-se responder a perguntas: Como o movimento organizou-se? Quais as pautas reivindicadas? Qual a sua composição? Ao que transgrediram? Quais as contribuições do movimento para pensar um projeto de educação pública? E para tanto, é necessário compreender

mais do que uma série de protestos estudantis, mas uma manifestação concreta da luta de classes, revelando as contradições do sistema educacional e apontando para a necessidade de transformações sociais profundas.

A presente monografia visa dimensionar este movimento para além dos muros da própria escola, com isso, os primeiros capítulos visam situar historicamente a Primavera Secundarista, partindo do resgate de contribuições do movimento estudantil para o país, tendo como referência movimentos sociais deste e de outros países. Em seguida, buscou-se diferenciar a tática de ocupação com uma estratégia de transformação social, contextualizando o seu caráter de ferramenta para alcançar o objetivo-fim.

Por fim, para entrar mais especificamente no objeto de pesquisa desta monografia, foram organizados dois capítulos. O primeiro deles visa retratar o movimento no contexto nacional, identificando suas principais características, reivindicações e propostas. O segundo, objetiva narrar a história do movimento Ocupa Simão a partir de três tempos, categoria inspirada na composição de um texto dramático, o prólogo: "a escola é nossa!" que trará os passos que antecederam a ocupação; o ato: "ocupar e resistir!" momento em que os estudantes concretamente ocupam, dando destaque para a sua organização, intencionalidades formativas e implicações com a direção escolar; e o epílogo: "lutar e resistir!" em que será abordado o fim, ou, a continuidade do movimento.

Nas considerações finais, há uma síntese do que fora refletido no decorrer da pesquisa e busca-se verificar a hipótese inicial: o movimento estudantil Ocupa Simão, participe da Primavera Secundarista, contribuiu para a formação política de jovens na escola pública, ao passo em que somente fora concretizado, pela existência prévia de tal formação.

2 BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL

“Ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo”.

Florestan Fernandes

O movimento estudantil, objeto desta pesquisa, exerce importância histórica não só para a conquista de pautas relacionadas à educação brasileira, mas sobretudo, é constatado o seu protagonismo em diferentes momentos emblemáticos na história geral do Brasil, reafirmando em horizonte, a necessidade de opor-se àquilo, ou, àqueles que exploram o povo. Com isso, torna-se necessário conhecer o início da organização de movimentos estudantis no Brasil, datado em 1901 a partir da criação da Federação dos Estudantes Brasileiros (FEEB), que realizou seu primeiro Congresso Nacional em São Paulo, no ano de 1910. A sua gênese está imbricada ao aumento de oferta e de procura de instituições educacionais, que no século anterior, ainda era monopolizada pela vertente religiosa e pela pedagogia tradicional. Os rumos da educação acompanharam mudanças econômicas e sociais do país, que já na década de 1930, com a urbanização das cidades, apontava para a necessidade do movimento estudantil unificar as suas reivindicações a nível nacional.

Em 1937, os estudantes fundaram a União Nacional dos Estudantes, entidade de máxima representação da categoria, organizada por congressos, inicialmente anuais, que elege sua diretoria. Os anos que sucederam sua criação, são marcados em nossa história pela ascensão do nazismo na Europa e durante esse período, os estudantes brasileiros recém organizados tiveram uma ação política fundamental no Brasil durante esse processo e,

[..] opuseram-se desde início ao nazi-fascismo de Hitler e pressionando o governo do presidente Getúlio Vargas a tomar posição firme durante a guerra. Entraram em confronto direto com os apoiadores do fascismo, que buscavam maior espaço para essa ideologia no país. No calor do conflito, em 1942, os jovens ocupam a sede do Clube Germânia, na Praia do Flamengo 132, Rio de Janeiro, tradicional reduto de militantes nazi-fascistas. No mesmo período, o Brasil entrava oficialmente na guerra contra o Eixo, formado por Alemanha, Itália e Japão. Naquele mesmo ano, o presidente Vargas concedeu o prédio ocupado do Clube Germânia para que fosse a sede da União Nacional dos Estudantes. Além disso, pelo decreto-lei n. 4080, o presidente oficializou a UNE como entidade representativa de todos os universitários brasileiros (UNE, Memória, S/D)²

² Disponível em: <https://www.une.org.br/memoria/historia/>. Acesso em junho de 2024.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, os estudantes tiveram importância para o avanço das pautas que visavam a nacionalização das riquezas do Brasil. A descoberta de importantes reservas de petróleo na Bahia, em 1939, iniciou um profundo debate sobre sua exploração, culminando na campanha "O Petróleo É Nosso" liderada pelos estudantes secundaristas em 1948. A campanha teve a vitória na qualificação da oposição às explorações estrangeiras em território brasileiro, para além de reafirmar a centralidade deste assunto na sociedade civil, produzindo jornais, panfletos e construindo manifestações, que em 1953, resultaram na Lei nº 2.004, assinada por Getúlio Vargas, que funda a Petrobrás, detendo o monopólio da exploração de todas as etapas da indústria petrolífera, com exceção da distribuição, sob controle e propriedade totalmente nacionais.

Figura 1. Movimento nacionalista reúne trabalhadores, militares e estudantes para comemorar o êxito da campanha do petróleo, anos depois da criação da Petrobrás. Cinelândia, 1957.



Fonte: Jornal *Imprensa popular*, 1957, ed. 02147. Hemeroteca Digital/BN.

No rastro do sucesso da campanha, foi organizado o 1º Congresso Nacional dos Estudantes Secundaristas na Casa dos Estudantes, no Rio de Janeiro. O evento marcou a fundação da União Nacional dos Estudantes Secundaristas — UNES, em 25 de julho de 1948 (UNE, S/D) que um ano depois, viria a mudar seu nome para União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). A

primeira grande luta da entidade após a sua fundação foi contra o aumento das taxas escolares, em 1950, que provocou uma greve geral no Rio de Janeiro e em São Paulo (UNE, S/D). Em seguida, os estudantes se manifestaram contra o aumento da tarifa do bonde, por maior acesso e qualidade do transporte público no Rio de Janeiro. A criação da UBES facilitou a capilarização de entidades estudantis municipais e das escolas, fortalecendo a organização de grêmios estudantis.

No ano de 1962, o movimento estudantil em sua inventividade criativa, criou a “UNE Volante”, que junto ao Centro Popular de Cultura (CPC), percorreu o país de ponta à ponta, inserindo o debate sobre a reforma universitária no bojo das reformas de base propostas pelo governo Jango (1961 – 1964) e do então Ministro da Educação, Darcy Ribeiro. Nesse período, os estudantes utilizaram arte, cultura e diálogo com a comunidade acadêmica, para a reflexão sobre a realidade nacional e suas contradições. Uma das principais bandeiras do momento foi a reivindicação da paridade nos conselhos universitários, que resultou numa grande greve estudantil conhecida como “greve do 1/3”, que consagrou a efervescência não só do movimento estudantil, mas também, dos movimentos sociais.

Em 1964 é instaurado o Golpe Militar, que com o apoio empresarial brasileiro e do imperialismo norte americano, apossou o poder do Estado brasileiro para as forças armadas. Em um primeiro ato declaratório de guerra contra a oposição, os militares alvejaram e incendiaram a sede da UNE na noite do dia 30 de março, para o dia 1º de abril. Este foi o marco da primeira ação dos militares no poder do Estado. Neste período, o movimento estudantil teve suas lideranças perseguidas e atuações limitadas à insegurança. As universidades passaram a ser vigiadas, assim como o conhecimento crítico nelas produzido. Com a promulgação da Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, as entidades de representação estudantil tiveram que atuar na ilegalidade e foi fortalecido a criação das Divisões Regionais de Ensino que passaram a ser dotadas de “funções técnicas” com o objetivo de implantar as decisões contando com o mínimo de resistência (LIRA, 2010, p.192).

Figura 2. O prédio da UNE na praia do Flamengo em estado de demolição.



Fonte: Memorial da democracia, 2015-2017.

Em 1968, foi decretado o Ato Institucional nº5 (AI-5), no intuito de conter as organizações populares que estavam efervescentes após a “Passeata dos Cem Mil” - ato massificado no centro do Rio de Janeiro, em junho deste ano, que contou com a presença de diversas categorias da sociedade em oposição ao regime militar. Na historiografia, fica marcado o protagonismo do movimento estudantil na organização do ato, bem como, a presença das centenas de artistas e figuras públicas da cena cultural. Na esfera internacional neste mesmo período, as bandeiras de liberdade eram levantadas por diferentes movimentos políticos, como o Movimento Hippie dos Estados Unidos que dentre outras pautas, protestava contra a Guerra no Vietnã, ainda nos EUA o Partido Panteras Negras enfrentou a violência do Estado e lutou pelos direitos civis da população negra, na Europa os estudantes iam às ruas por liberdade, manifestando contra o conservadorismo acadêmico, expandindo o movimento para pautas além das estudantis.

É em meio a este cenário que ocorreu um marco para a luta dos estudantes no país. No dia 28 de março, enquanto lutava em uma manifestação contra o aumento do preço do restaurante estudantil da universidade federal, chamado "Calabouço", Édson Luís, estudante secundarista de 18 anos, foi assassinado a tiros pelo regime militar. A sua morte foi documentada e consta na historiografia do país, tornando Édson um mártir e grande símbolo da luta contra a ditadura.³ Seu velório ocorreu no

³ Recomenda-se a leitura na íntegra do poema de Maciel de Aguiar, "Saudação Estudantil", que consta na epígrafe do presente trabalho. Disponível em: https://mpac.ufes.br/listing/saudacao-estudantil/?job_listing=saudacao-estudantil
Acesso em: julho 2024

Rio de Janeiro e levou mais de 50 mil pessoas às ruas em um ato de resistência ao regime fascista que estava em vigor. Registros indicam que a UBES enfrentou seu momento mais difícil durante a década de 1970, tendo setores integrando a luta armada, estudantes fugindo do país, sendo exilados, presos ou mortos.

Ainda que tenha perdurado por cerca de 20 anos, o regime militar enfrentou duras resistências populares, políticas e econômicas, tornando-se insustentável mesmo para os militares que detinham o poder. A proposta de abertura lenta, segura e gradual, nada mais conquistou, se não, anos no poder e anistia para os crimes cometidos contra a democracia. No Brasil, diferente de outros países, a memória deste período não foi assegurada pelo Estado, assim como a justiça e a reparação às famílias dos mortos e perseguidos tampouco chegou aos tribunais. O fim do regime em 1985, trata-se de uma retomada democrática tutelada pelo poder militar que se revela na Constituição Federal de 1988 com o artigo nº142:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (Agência Câmara de Notícias, 2020).

Conforme alertou-nos Luiz Carlos Prestes em entrevista no ano de 1982, as forças armadas constituem-se enquanto um quarto braço de poder do Estado:

O Brasil está, depois de 21 anos de uma ditadura militar, com um governo civil. Chamam a isso Nova República. Mas [...] nenhum general fascista foi afastado, os assassinos que torturavam, matavam presos políticos não foram punidos. Nenhum deles. [...] A legislação fascista continua toda de pé. Lei de Segurança Nacional, lei contra as greves, lei contra os estrangeiros, tudo isso continua da mesma forma, não houve modificação. [...] A tal República Nova já nasceu velha. Porque, em vez de uma solução radical, que o povo desejava, o que tivemos foi uma conciliação geral.

Com o fim do regime militar, as entidades deixaram de agir na ilegalidade e foi reconhecido institucionalmente aos estudantes a liberdade de organização. Foi em 1985 que houve o decreto da Lei nº 7.398, ou, Lei do Grêmios Livres em que prevê:

Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Grêmios Estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais. (Brasil, 1985)

Foi também durante a Constituinte que os estudantes lutaram e conquistaram a aprovação do voto facultativo dos jovens a partir de 16 anos. Os anos que sucederam, consolidaram a necessidade de organização das entidades estudantis em todas as instituições escolares e o movimento estudantil no Brasil passou a tomar esta questão como a sua principal tarefa.

2.1 "Ocupar, resistir e produzir também na educação"⁴

No decorrer da presente pesquisa, a criatividade e a inventividade do movimento estudantil ficaram evidentes, mas além disso, a inspiração em movimentos que antecedem uns aos outros, é citada recorrentemente. Nesse sentido, é reconhecida na resistência protagonizada pelos estudantes secundaristas durante os anos de chumbo, semelhantes aspectos na resistência ao regime de países vizinhos no mesmo período. Vale ressaltar que a América Latina como um todo sofreu de severos regimes militares com apoio do imperialismo norte americano em períodos próximos, quais sejam: no Brasil (1964-1985), na Bolívia (1964-1982), na Argentina (1966-973 e depois 1976-1983), no Chile (1973-1990) e no Uruguai (1973-1985). Sendo a formação social dos países da América Latina calcada na escravidão colonial de países europeus, este território ganha uma dimensão geopolítica que passa a exercer um papel fundamental para a manutenção do sistema de exploração mundial. Em contrapartida, é neste continente em que surgem históricas revoltas e organizações do povo para confrontar o regime vigente, vide os movimentos de resistência contra as ditaduras nos países latino-americanos no século passado.

Buscando uma maior delimitação ao interesse desta pesquisa, pode-se afirmar que muitos elementos do movimento estudantil de ocupações secundaristas no ano de 2016, foram inspirados pela Revolta dos Pinguins que ocupou as ruas e as escolas no Chile em 2006. O movimento dos secundaristas foi assim chamado em metáfora ao estilo do uniforme dos chilenos no início do século passado. O movimento reivindicava a gratuidade do exame de ingresso a universidade equivalente ao "vestibular", e do transporte escolar, melhoria da merenda e das instalações sanitárias das escolas. Com o apoio das famílias, categoria docente, sindicatos dos trabalhadores e sociedade civil, passou-se a incluir às reivindicações iniciais, pautas de caráter nacional, como a anulação da Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE) e a alteração ou anulação da Jornada Escolar Completa (JEC). Para Silva (2017, p.45-46) "os manifestantes adotaram uma estratégia de luta estudantil similar à dos outros países, e, com isso, tornaram-se referência para outros protestos latino-americanos". Aqui, cabe a discussão de que nem sempre as pautas dos movimentos são atendidas ou vitoriosas em seu alvo de reivindicação. No entanto, é reconhecida a vitória dos movimentos ao inspirarem uns aos outros e semear outras lutas ainda por vir, alcançarem avanços na formação emancipatória dos sujeitos e conquistas mínimas que impactam nas políticas públicas dos países.

No Brasil, algo semelhante acontece entre os movimentos sociais e suas histórias de luta. A questão agrária no país, assim como a educação, reflete as consequências de um sistema sustentado

⁴ Palavra de ordem do Movimento Sem Terra (MST), cf. o Dossiê MST - Escola (MST, 2005).

na exploração de uma classe por outra. Foi ainda na década de 1980, com a intensificação dos movimentos sociais e a redemocratização do país, que ocorreu a consolidação do modelo agroexportador e agroindustrial. Paralelamente, a luta pela questão agrária se territorializou, provocando um aumento das ocupações de terras. Nasce com isso, o Movimento Sem Terra (MST), cujo objetivo principal é a reforma agrária, porém não a entendida isoladamente, mas sim, integrada com questões dignas de moradia, de saúde e de educação, por exemplo.

A luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É uma luta contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes (FERNANDES, 2000, p.280).

Embora o instrumento de ocupação da terra tenha sido utilizado historicamente pelo campesinato desde a ascensão do modo de produção capitalista que atribuiu um sentido mercantil a ela, é a partir da luta organizada com o princípio da reforma agrária e o nascedouro do MST, que os Sem Terra passam a apontar as respostas emancipatórias para a classe trabalhadora por meio dessa ferramenta de luta. Em 1988, ao visitar o Movimento dos Sem-terra do Rio Grande do Sul, José Gomes da Silva, fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), registrou sobre o que presenciou:

Os homens ainda cantam e as crianças respondem, fazendo coro. As músicas, porém, começam a se transformar. Percebe-se que já está passando da crítica ao latifúndio e das verrumas do governo para gritos de guerra. Os gestos também vão mudando do abraço fraterno para o punho cerrado. (Silva, J. apud Gorden, F, 1989, p.26)

Evidencia-se com isso, as contribuições político-pedagógicas que o MST traz para a questão agrária. Nos assentamentos, ocupar a terra implica mais do que reivindicá-la para o movimento, nela é produzido um ideal de formação humana em um sentido *omnilateral* - ou seja, a educação se compromete com a formação do sujeito para o mundo, de modo a prepará-lo para ser não só um mero reprodutor da sociedade, mas sim, um potencial transformador desta, à medida que com ela se relaciona ativamente. Ao utilizar da estratégia política de ocupar as terras que “não cumprem sua função social”, é possível estabelecer o paralelo com a instituição escolar, que é alertada pelo movimento estudantil ao ser alvo da ocupação pelos estudantes secundaristas: a escola, nos moldes que se encontra, também não está cumprindo sua função social. A prática da ocupação da escola, enquanto categoria, contém elementos formativos comuns, desde as relações pedagógicas horizontais e auto-organizadas, até a formação humana em sentido *omnilateral*, que são percebidas como práticas recorrentes dos assentamentos do MST.

Entretanto, a prática de ocupar as escolas não nasce aqui no Brasil. Os primeiros registros encontrados nesta pesquisa, datam as ocupações realizadas no Chile, na década de 1980, que

posteriormente, foi repetida no que ficou conhecida como a já mencionada "Revolta dos Pinguins". Em 2012, estudantes argentinos reuniram uma série de elementos didáticos para a prática de ocupar instituições escolares. O material foi desenvolvido pela *Frente de Estudantes Libertários* no formato de uma cartilha com orientações gerais sobre como ocupar uma escola, apontando para um plano de ação e de organização da ocupação. Em 2015, o material foi traduzido e publicado pelo coletivo "O Mal Educado!" no Brasil.⁵ Neste contexto, os estudantes se preparavam para uma onda de protestos que tiveram início e principal foco no Estado de São Paulo. Na introdução da cartilha, o coletivo incitava:

Em 2006 e 2011, o Chile viveu a “Revolta dos Pinguins, um movimento imenso de estudantes secundaristas que exigia uma educação pública, gratuita e de qualidade. Durante meses, as escolas do país inteiro foram ocupadas pelos alunos - que entravam, tomavam o prédio, montavam acampamentos, e ali ficavam dia e noite como forma de protesto, até as reivindicações serem atendidas [...] **já pensou se fizéssemos igual em São Paulo?**

Os antecedentes do movimento secundarista em 2015 se relacionam com o que popularmente ficou conhecido como "as Jornadas de Junho", no ano de 2013. Entretanto, o seu foco em São Paulo se deu devido ao anúncio do governo de Geraldo Alckmin sobre o projeto de reestruturação da rede de ensino estadual. O projeto previa o fechamento de cerca de 1.000 escolas das 5.000 que haviam abertas na rede. O intuito era aglutinar os estudantes em prédios escolares com especialidade no atendimento ao Ensino Fundamental I, ao Ensino Fundamental II e ao Ensino Médio. O decreto foi revogado após a grande onda de ocupações das escolas e prédios públicos como da Secretaria de Educação. Além dos estudantes secundaristas, professores e trabalhadores terceirizados também protestavam contra o plano de reestruturação do governo, uma vez que, estava previsto não só a realocação de seus trabalhos, como também, uma demissão em massa ao passo que muitas escolas seriam fechadas, acarretando sobrecarga de trabalho e superlotação de salas de aula, cuja reforma da estrutura não estava prevista no plano decretado.

Essa vitória do movimento estudantil paulista em 2015 foi regional, embora algumas pautas estivessem nacionalizadas e algumas outras escolas tivessem sido ocupadas em diferentes estados nessa mesma época, como no estado de Goiás, em que o movimento estudantil tinha como principal pauta a insatisfação com o novo modelo de gestão, que buscava transferir a administração das escolas a entidades filantrópicas, classificadas como organizações sociais (OS) (Tomaz, A. da S. L, 2019, p.47). No entanto, os registros de protestos com respostas violentas do Estado por meio da polícia militar, tornaram-se um marco deste episódio no país, estudantes protestavam com aulas nas ruas,

⁵ Disponível em: <https://gremiolivre.wordpress.com/2015/10/21/como-ocupar-um-colegio-versao-online/>. Acesso em: 02 de maio de 2024.

com carteiras e livros simbolizando a educação, enquanto foram repreendidos com bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes.

Contudo, as ocupações secundaristas em 2015 expressam o caminho que este capítulo percorreu: as ocupações das escolas não foram movimentos isolados em si mesmos, pelo contrário, carregam em seus atos uma série de elementos semeados seja por estudantes que antecederam em lutas de países vizinhos, seja por movimentos populares e sociais que marcam na história do país e do mundo, diferentes estratégias e táticas para a reivindicação dos seus direitos. O mesmo evidencia-se no ano de 2016.

3 AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS EM 2016

A gênese da *Primavera Secundarista* é datada no mês de outubro de 2016, embora o movimento guarde diferenças regionais e metodológicas, as semelhanças identificadas por documentos norteadores como a Cartilha traduzida pelo movimento “O Mal Educado!” e o caráter nacionalizado das principais pautas reivindicadas, culminaram no nome *Primavera Secundarista* para referir-se a este episódio na história do movimento estudantil. Ao todo, foram notificadas mais de 1.197 instituições ocupadas no país, dessas, 123 foram universidades e foram Núcleos Regionais de Educação. As outras 1071 instituições ocupadas foram as escolas, conforme o levantamento de dados realizado pela UBES, em 2016:

Quadro 1. Levantamento de escolas ocupadas no Brasil em 2016.

	Estado:	Quantidade de escolas ocupas:
1	Alagoas (AL)	10
2	Bahia (BH)	12
3	Ceará (CE)	1
4	Distrito Federal (DF)	12
5	Espírito Santo (ES)	24
6	Goiás (GO)	12
7	Maranhão (MA)	5
8	Mato Grosso (MG)	3
9	Minas Gerais (MG)	76
10	Pará (PR)	4
11	Paraíba (PB)	3
12	Paraná (PR)	846
13	Pernambuco (PE)	8
14	Rio de Janeiro (RJ)	6
15	Rio Grande do Norte (RN)	13
16	Rio Grande do Sul (RS)	14

17	Rondônia (RO)	2
18	Santa Catarina (SC)	10
19	São Paulo (SP)	6
20	Sergipe (SE)	1
21	Tocantins (TO)	1

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados divulgados pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, 2016.

O quadro acima revela uma dimensão ainda maior do que fora a *Primavera Secundarista*. Isto se dá pela subnotificação de escolas ocupadas neste período. As razões para tal podem variar, o dado foi levantado pela UBES, entidade que embora esteja presente na maioria, se não, em todos estes estados, possui em sua direção organizações partidárias que disputam a direção do movimento estudantil e podem ou não concordar com as táticas adotadas, como a de ocupação. Além disso, é necessário levar em consideração a dificuldade de mapear um número tão alto de instituições ocupadas. Prova desta subnotificação é que, no estado de Santa Catarina houve 10 registros de escolas ocupadas até a data de publicação da matéria pela UBES⁶ e não consta o registro da E.E.B. Simão José Hess - escola que foi palco para os estudantes da Ocupa Simão.

As instituições ocupadas em Santa Catarina divulgadas pela UBES foram os campi do Instituto Federal: IFC Araquari, IFC Camboriú, IFC Sombrio, IFC Rio do Sul, IFSC Araranguá, IFSC São José, IFSC Chapecó, IFSC Florianópolis; e as escolas: E.E.B. Tancredo Neves de Almeida e E.E.B. Professora Irene Stonoga. Nota-se que o Instituto Federal Catarinense teve 8 de seus 15 campi do estado ocupados. Deduz-se que a notificação de um campi facilita o mapeamento dos demais, sendo as Instituições Federais as mais notificadas em diferentes estados segundo a lista divulgada pela entidade. No entanto, se por um lado estes dados instigam-nos a refletir sobre as condições organizativas do movimento estudantil nos Institutos Federais (e aqui cabe mencionar a pedagogia norteadora das IF's baseada na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana), por outro lado, supõem-se que, assim como a E.E.B. Simão José Hess não foi notificada, outras inúmeras escolas Brasil afora também podem não ter sido. O que conclui-se com isso, é que o número de escolas ocupadas neste período ultrapassa o levantamento de 1.197 instituições, configurando a *Primavera Secundarista*, um movimento ainda maior.

⁶ A matéria foi publicada em 28 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2016/ubes-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pautas-das-mobilizacoes/> Acesso em: junho de 2024.

Sua dimensão pode ser mensurada também pelo mapeamento de ocupações em 21 das 27 unidades federativas do Brasil, tendo ao menos uma ocupação notificada em cada estado, com exceção do: Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Mato Grosso do Sul (MS), Piauí (PI) e Roraima (RR), sendo 4 destes 6 estados localizados no norte do país, 1 no Nordeste e 1 no centro-oeste. Estes dados podem ainda fazer parte da subnotificação mencionada e evidenciam uma questão regional latente, seja para a causa da subnotificação, seja para a não mobilização estudantil nestes estados. De todo modo, pode-se considerar a *Primavera Secundarista*, um movimento de dimensões nacionalizadas, dado o tamanho de sua capilarização em diferentes unidades federativas.

Neste contexto, a primeira ocupação registrada foi no estado do Paraná no dia 04 de outubro de 2016 (D'Ávila, 2017, p.34). Nota-se que é neste estado em que esteve concentrado o maior número de escolas ocupadas, totalizando o levantamento superior a 800 escolas somente no Paraná. Também o estado foi marcado pela fala da Ana Júlia, estudante secundarista de 16 anos na época⁷, que perante os deputados da Assembleia Legislativa do Paraná, foi a explicar,

[...] o porquê das ocupações, perguntando inicialmente: — De quem é a escola? A quem a escola pertence? Depois afirmou: — Acredito que todos aqui já saibam essa resposta. E é com a confiança de que vocês conhecem essa resposta que eu falo sobre a legitimidade desse movimento. Fez menção ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura o direito à participação na vida política, e afirmou que o movimento de ocupação de escolas estava sendo feito pelos/as estudantes e para os/as estudantes, em defesa da educação e da geração futura. Ao final, uma constatação: — o movimento estudantil nos trouxe mais conhecimento de política e cidadania do que todo o tempo que tivemos sentados e enfileirados em aulas-padrão (D'Ávila, 2017, p.34).

Ana Júlia, enquanto porta-voz do movimento que tomava proporções nacionais, deixou claro aquilo que fora inegociável a cada ocupação iniciada: seu caráter de inconformidade à ordem e de transformação da educação, não sendo, portanto, um fim em si mesma, mas sim, uma ferramenta utilizada para alcançar uma estratégia de luta maior. Embora cada movimento tenha adaptado a tática de ocupar a partir das particularidades de sua escola, caracterizavam-se como parte do movimento pelas semelhanças adotadas. Dentre elas, destacam-se as pautas reivindicadas e as características organizativas do movimento.

As ocupações foram iniciadas a partir da reunião de estudantes em espaço legítimo de deliberação, em assembleia. Em algumas escolas, a presença do grêmio estudantil foi um elemento facilitador para que ocorressem assembleias com quóruns bastante representativos e também com

⁷ Em 2020 foi candidata à vereadora de Curitiba, quando assumiu a primeira suplência como a jovem mais votada de Curitiba. Em 2022, elegeu-se deputada estadual com 51.845 votos, exercendo o mandato em defesa da educação pública, dos direitos das mulheres e da juventude. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/ana-julia> Acesso em: julho 2024.

maior clareza das pautas a serem votadas, tendo o movimento estudantil exercido uma função primordial de sensibilização dos demais estudantes da escola acerca do conteúdo pautado. Uma vez discutido e votado a favor da tática adotada, os estudantes organizaram-se em reuniões e assembleias para discutir sua execução, elegendo os responsáveis por cada tarefa.

Segundo o Manual do coletivo "O Mal Educado", uma estrutura mínima das ocupações seria organizada nas seguintes comissões: Comissão de comida; Comissão de segurança; Comissão de imprensa; Comissão de informação; Comissão de limpeza; Comissão de relações externas. Tal divisão elenca ofícios básicos necessários para manter uma ocupação. É evidente que outras comissões podem ter surgido ou terem sido inexistentes em cada ocupação, de acordo com os membros participantes e a necessidade de cumprir com tal tarefa. No entanto, a partir de uma pesquisa bibliográfica, são encontrados registros de comissões indispensáveis, como a de segurança, de limpeza e de relações externas. No que tange às pautas, por ser um movimento nacionalizado, as reivindicações possuíam este caráter: um endereçamento ao Governo Federal.

3.1 Do Golpe às Contrarreformas

O ano em que se iniciam as mobilizações, foi marcado pela interrupção do governo da então presidente Dilma Rousseff (PT), instituindo o golpe de estado que deu o posto para o seu vice-presidente Michel Temer (MDB). As alegações para tal, tiveram grandes repercussões mundiais. De um lado, afirmavam-se práticas fiscais irregulares, conhecidas como "pedaladas fiscais", que envolviam atrasos no repasse de fundos dos bancos estatais para programas governamentais. De outro, eram nítidas as intenções do imperialismo, da burguesia internacional, das oposições partidárias e o coro de cunho machista das massas para tais afirmações, que em termos de comprovações factuais do crime alegado, eram inconsistentes. Tardiamente, após 7 anos, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) reconheceu a sua inocência sobre as acusações de pedaladas fiscais⁸ das quais a presidente foi acusada.

Em paralelo ao período ditatorial no Brasil (1964-1985), em que havia uma dimensão continental das políticas norte-americanas para os países do Cone Sul que se traduziu em uma generalizada adoção por suas Forças Armadas da doutrina militar propugnada, centrada no combate ao "inimigo interno" (Rapport; Laufer, 2000, p.71), o ano de 2016 foi novamente marcado pelo avanço de interesses imperialistas e neoliberais em território brasileiro:

⁸Em sentença publicada em agosto de 2023, a Corte manteve uma decisão que havia sido tomada na primeira instância, em setembro de 2022, pela 4ª Vara Federal Cível do Distrito Federal. Na ocasião, o juiz Frederico Botelho de Barros Viana negou a ação de improbidade administrativa apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) sobre as "pedaladas fiscais". Disponível em: <https://pt.org.br/foi-golpe-dilma-e-inocentada-na-acao-sobre-pedaladas-fiscais/>

Com o golpe militar, a aliança que conformava o desenvolvimentismo brasileiro rompeu-se. Em resposta à consolidação dos regimes nacionalistas, à crescente industrialização da América Latina, ao controle do mercado por parte dos Estados e à Revolução Cubana, forças hegemônicas interessadas em manter a dependência dos países em desenvolvimento, associadas com a força militar brasileira, ministraram golpes de Estado no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Chile, estabelecendo a ortodoxia como regime econômico (Souza, 2019, p.3, apud Bresser-Pereira, 2009).

Dilma Rousseff teve seu governo frequentemente pressionado para cortes profundos nos gastos públicos, sobretudo nos setores sociais, no intuito de garantir o pagamento dos juros e serviços da dívida pública do país. As despesas da União com juros e amortizações da dívida pública no período de 2003 a 2016, representaram, em média, 19,73% das despesas da União em todas as funções. Isto coloca o Brasil como um dos países que mais gastam com juros sobre a dívida pública no mundo (Chaves; Reis; Guimarães, 2018, p.5). O campo progressista no Brasil afirma que, neste período, a presidente cedeu muitas vezes ao que a oposição ao seu governo exigiu, não diminuindo o ímpeto golpista deste grupo e, ao mesmo tempo, justamente por atacar direitos dos trabalhadores com as medidas implementadas, inviabilizou a defesa de seu governo por parte das amplas massas populares.

Um denominador comum das demandas das principais frações burguesas é a necessidade de formar trabalhadores adequados às condições postas pela precarização e pela intensificação da exploração da força de trabalho (Leher, 2008, pg. 315). O papel dos grandes meios de comunicação neste processo foi, portanto, decisivo para o apoio do golpe por uma parcela da sociedade. Utilizou-se práticas midiáticas sensacionalistas, uma intensa cobertura negativa sobre o governo, a manipulação de informações para distorcer e enviesar os fatos apresentados e a disseminação de fake news e conteúdos misóginos. Vale ressaltar que muitos destes ataques foram propagados através das redes sociais, incluindo memes, imagens e comentários depreciativos que visavam desacreditar sua capacidade como liderança política com base em estereótipos de gênero. Para legitimar a direção intelectual e moral [...] intelectuais de diversos tipos sistematizaram e difundiram suas ações, ideias, formulações políticas e justificativas que, apoiados pelos grandes meios de comunicação, buscam formar a opinião pública e legitimar sua pedagogia (Leher, 2008, pg. 315).

Em abril deste mesmo ano, a Câmara dos Deputados autorizou a instauração de processo de impeachment de Dilma Rousseff com 367 votos a favor, 137 contra e 7 abstenções em sessão que durou cerca de 6 horas. Durante a votação, os argumentos para justificar os votos pararam o Brasil. Os representantes eleitos pelo povo, fundamentaram suas escolhas sobre os rumos de nosso país, com homenagem às suas famílias, crenças religiosas, saudações a suas terras de origem e aos ditadores e torturadores do regime militar. Em especial, destaca-se a fala do então Deputado Jair Messias Bolsonaro, que justificou o seu voto em suas palavras: "[...] *pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo exército de Caxias, pelas bases das forças*

armadas[...]", Coronel este que torturou Dilma Rousseff durante os anos de chumbo. Mais uma vez, evidenciou-se o que estava em jogo com o golpe implementado: assim como em 1964, os discursos apresentavam caráter autoritário e de combate a um suposto inimigo interno - o comunismo. Dois anos depois, Jair Messias Bolsonaro viria a se tornar o presidente do país (2018-2022), representando um aprofundamento da crise estrutural e do fascismo no estado brasileiro.

Com a interrupção do governo Dilma, Michel Temer assumiu o poder interinamente e uma de suas primeiras atuações, foi a substituição de cargos dos ministérios, composição feita por homens, brancos, de alto poder aquisitivo. Não obstante, pode-se inferir este como um anúncio do caráter do governo que viria pela frente. O governo de Temer teve como principal característica, atender a um projeto privatista atrelado aos interesses imperialistas sobre a educação brasileira, com uma lógica orientada pelas regras de mercado ampliando assim, ainda mais, a exploração das desigualdades. Representando os interesses do setor privado na área da educação, da saúde, e da previdência, possuiu fortes vínculos com o capital internacional, mediante sua relação com os grandes monopólios. Temer protagonizou a proposição de um pacote de contrarreformas que aprofundaram o ataque e a retirada de direitos sociais da população brasileira. A primeira contrarreforma realizada foi a PEC nº241/2016 (depois veio a se tornar PEC 55) que prevê o argumento de retomar o crescimento econômico, limitando constitucionalmente os gastos públicos por 20 anos, diminuindo o Estado e impedindo que o sistema constitucional de proteção social (que inclui saúde, previdência e assistência sociais) funcionasse de maneira adequada às necessidades da população (Souza, 2019, p.9). Outra autora, e na mesma linha de pensamento, explica que:

As despesas primárias referidas na PEC 241/55 e que deverão ser congeladas nos valores de 2016 são todas aquelas despesas realizadas pela União, excluindo-se as relacionadas ao pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas internas e externas (JEAD). Ou seja, são aquelas despesas associadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes (água, luz, telefone, limpeza, vigilância, terceirizados, material de consumo etc.), investimentos (equipamentos, material permanente, construções, etc.) e inversões financeiras (aquisição de imóveis etc.) (Amaral, 2016, p.655)

Segundo Leher (2019), esta seria uma “reforma não consentida do Estado”. Assim, em vez de defender que o sistema constitucional de proteção social deixe de ser gratuito, a emenda estabelece um contexto de estrangulamento que conduz o país para essa realidade de não gratuidade. O que Leher instiga-nos a pensar é que esta contrarreforma produz o sucateamento do serviço público, para que em seguida, soluções privatistas e da não gratuidade, sejam requeridas e incentivadas pela ampla massa da sociedade. Ao fazer isso, o estado promove a acentuação das desigualdades para além da precarização da vida, pois primeiro constrói-se a ideia de que o serviço público é inferior e precisa ser “reformado”, depois, se propõe o congelamento dos gastos públicos promovendo o seu

sucateamento e por fim, conduz-se alternativas que beneficiam empresas privadas e seus interesses. Interesses esses que divergem centralmente aos da classe trabalhadora. Não à toa, a proposta de emenda constitucional foi popularmente intitulada de “PEC da morte”.

No que tange à educação, as propostas foram orientadas por um projeto educacional de cunho *neotecnicista*, que tem como base o pressuposto da neutralidade científica, inspira-se nos princípios da racionalidade, eficiência, produtividade e concebe o processo educativo como objetivo e operacional. Nesse sentido, a educação deve ser dotada de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que colocam em risco sua eficiência. Diante disso, é necessário desenvolver habilidades para a vida, de modo que os jovens estejam dotados de “competências” relevantes para se colocarem como sujeitos protagonistas em um mundo marcado por instabilidades e incertezas.

Na pedagogia tecnicista, o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando professor e aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo, cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais (Saviani, 2003, p.13).

Entre as medidas de educação mais focalizadas pelo Governo Temer para os jovens da classe trabalhadora, cabe citar alguns programas já existentes que ganham incentivo e financiamento do então Presidente: PROEJA, PROJOVEM, PRONATEC, PRONACAMP e, no caso dos que concluíram o ensino médio, PROUNI, UaB-EAD, IFET, PRONATEC vinculado à educação terciária. A prioridade conferida pelo governo Federal a tais opções mostra a preocupação com a governabilidade frente ao aprofundamento das contradições do capital (Leher, 2016). Mais do que isso, evidencia-se o projeto político de formar jovens a baixo custo e em maior velocidade para o mercado de trabalho, tendo seu resultado em uma massa de mão de obra barata, que irá exercer atividades laborais simplificadas na sociedade. Programas e empresas se apresentam como um caminho, a princípio, rápido e fácil para conseguir algum tipo de remuneração. O que não se propagandeia, é que por maior que seja o esforço exercido para alcançar uma ascensão social superior àquela em que o jovem vive, seu percurso é limitado, quando comparado ao de jovens que partiram de outras realidades - e aqui reside a importância pela luta e garantia de políticas afirmativas em um país calcado nas desigualdades de gênero, raça e classe.

Recorre-se à análise da antropóloga e militante do movimento negro no Brasil, Lélia González:

O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações "refúgio" em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada etc. Ora, tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de

habitação, saúde, educação etc. (Gonzalez, 2020, p.46).

A contrarreforma do ensino médio imposta pela MP 746/16, hoje convertida em Lei 13.415/2017, está alinhada à agenda global dos organismos internacionais (tais como a Organização do Comércio e Desenvolvimento Econômico – OCDE, o Banco Mundial e a UNESCO), objetivando calibrar a formação na educação básica às necessidades de força de trabalho no país, com a difusão de competências emocionais e sociais. Os currículos passam a considerar a formação integral dos e das estudantes de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais (Brasil, 2017a). Há uma segmentação do currículo prescrito em uma parte de formação geral e comum para todos os estudantes, regida pela BNCC, e outra, constituída por cinco itinerários formativos que, segundo a Lei n. 13.415, devem promover o “aprofundamento” nas respectivas “áreas de conhecimento”.

Uma das principais críticas à medida, foi a falta de diálogo com educadores, estudantes e outros membros da comunidade educacional durante o desenvolvimento da contrarreforma. Na época em que foi proposta, os profissionais da educação argumentavam que as mudanças foram impostas de cima para baixo, sem levar em consideração as necessidades e preocupações reais das escolas e dos alunos. A ausência de um debate amplo e inclusivo resultou em resistência e dificultou a aceitação da medida por parte da comunidade educacional. Houve a fragmentação da educação por meio da flexibilização do currículo e a decisão de tornar optativas as disciplinas de formação do pensamento crítico, entre elas Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física.

A MP 746/16, hoje Lei 13.415/2017, prevê a ampliação da carga horária de 1200 h para o que chamou de itinerários formativos. Nessa etapa, o sistema de ensino pode oferecer cinco itinerários: quatro que correspondem às áreas de conhecimento do ensino médio, quais sejam: Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e, um itinerário direcionado à formação técnica e profissional. As opções das disciplinas ofertadas pelos itinerários “deverão ser organizadas por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares” (BRASIL, 2017b), ou seja, as redes de ensino têm autonomia para definir quais os itinerários formativos irão ofertar, cabendo aos estudantes a escolha de um “projeto de vida” para, supostamente, se aprofundar. Neste ponto, surge a reflexão: Como garantir a não disparidade da formação de estudantes no Brasil?

Sabe-se que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é a principal porta de entrada dos estudantes nas universidades públicas do Brasil. Esta prova tem como finalidade avaliar os conhecimentos que os estudantes do país inteiro aprenderam durante a educação básica. A implementação dos itinerários formativos, somado à precarização do ensino público, promove a

impossibilidade de se realizar uma prova com critérios comuns a todas as redes de ensino do país, uma vez que, cabe a cada uma delas definir quais os itinerários formativos irão ofertar. Além de que, quando ofertados, os itinerários não possuem uma ementa em comum, cabendo ao professor (e a sua formação para tal) a escolha programática das disciplinas, com base em eixos estruturantes:

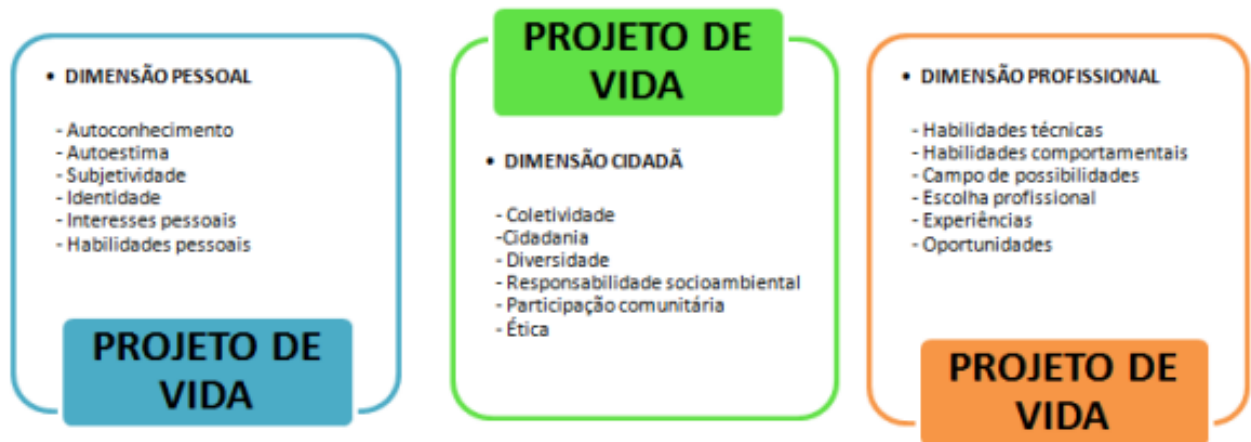
Quadro 2 – Eixos estruturantes para Itinerários Formativos conforme DCNe

EIXO ESTRUTURANTE	Objetivos
Investigação científica	Supõe o aprofundamento de conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos para serem utilizados em procedimentos de investigação voltados ao enfrentamento de situações cotidianas e demandas locais e coletivas, e a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade;
Processos criativos	Supõe o uso e o aprofundamento do conhecimento científico na construção e criação de experimentos, modelos, protótipos para a criação de processos ou produtos que atendam as demandas pela resolução de problemas identificados na sociedade;
Mediação e intervenção sociocultural	Supõe a mobilização de conhecimentos de uma ou mais áreas para mediar conflitos, promover entendimento e implementar soluções para questões e problemas identificados na comunidade;
Empreendedorismo	Supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos, ou prestação de serviços inovadores, com o uso das tecnologias.

Fonte: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Art. 12, § 2º.

Outro aspecto turvo da medida, diz respeito à formação dos professores. A proposta prevê que *professores com notório saber* poderão ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado. Estes profissionais estão habilitados para atender a formação técnica e profissional dos estudantes, sendo orientados a fomentar reflexões a respeito da dimensão pessoal, cidadã e profissional dos estudantes. No entanto, os valores que competem a cada um desses eixos, são subjetivos e intencionalmente voltados ao projeto político da educação tecnicista, conforme explicitado anteriormente neste mesmo capítulo.

Figura 3. Dimensões do projeto de vida.



Fonte: Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, 2020.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), determina a garantia de história, cultura afro-brasileira e indígena na grade curricular. Com alterações da educação segundo a contrarreforma do ensino médio, há o descumprimento desta obrigatoriedade prevista no PNE. Fator este que desencadeou uma série de críticas aos discursos de inclusão e melhorias do ensino. É sabido a histórica desigualdade racial no país e, por consequência, na educação. O enfrentamento a esta problemática se deu com muita luta a mobilização do Movimento Negro no Brasil, bem como, a partir da implementação de políticas públicas como a Lei nº 10639/03, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e em 2008, a promulgação da Lei nº 11645/08, incluindo a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena nos currículos escolares.

O descumprimento destas medidas configura-se um retrocesso, não só para a população negra, mas para toda a sociedade burguesa que é estruturalmente reproduzida pela exploração e desigualdade racial. Mesmo nas escolas mais periféricas e marginalizadas dos sistemas da rede pública, quem leva o pior em termos de insucesso, fracasso, repetência, abandono e evasão escolares é o aluno de ascendência negra, isto é, os alunos negros e mestiços (Munanga, 2000, p. 235-236), sendo, portanto, uma negligência do estado brasileiro a retirada da obrigatoriedade de disciplinas que visam essencialmente o combate a essa desigualdade. Aqui, novamente a proposta vai ao encontro do projeto mencionado para a conformação da realidade social.

Nesta mesma lógica de propor soluções não condizentes com as reais problemáticas vivenciadas pelos sujeitos da educação, é questionável a proposta da MP 746/16/Lei 13.415/2017 que altera trechos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para adotar, entre outras coisas, o turno

integral e o ensino profissionalizante sem apresentar soluções para problemas básicos como a falta de estrutura das escolas, evasão escolar, falta de professores e de merenda. O enunciado de “desenvolvimento integral, por meio do incentivo ao protagonismo, à autonomia e à responsabilidade do estudante por suas escolhas no futuro” (Brasil, 2018, p. 6) é dúbio e faz-nos refletir sobre a real escolha a ser feita pelos estudantes que além de frequentarem a escola, necessitam trabalhar no contraturno para complementar as despesas familiares. A implementação do turno integral, objetiva também, a liquidação do turno noturno, o qual contempla a maioria de jovens trabalhadores que estudam e trabalham. Esta não é uma realidade incomum dos jovens de escola pública no Brasil, assim como, a categoria que fora difundida cada vez mais entre os jovens, chamada de "Nem-Nem", seriam aqueles que nem estudam, nem trabalham. Essa categoria se relaciona com os altos índices de desigualdade no Brasil, com diferenças regionais, étnico raciais, de classe e de gênero. Cabe mencionar que o documento não explicita questões importantes para a implementação da educação integral como a organização do tempo e do espaço educativo, condições básicas para a implementação de um projeto integral condizente à realidade.

Somado a essas contrarreformas, em 2016, as proposições do Projeto Escola Sem Partido retornaram para o debate público. Aproveitou-se do delicado momento para cercear a liberdade da ciência, da cultura e do conhecimento. A apelidada pelos movimentos populares, Lei da mordaza (867/2015), esteve em tramitação no Congresso Nacional e com a simpatia do governo de Michel Temer e do seu Ministério da Educação, Mendonça Filho, o PL, previa eliminar o livre debate de questões como gênero, política, sexualidade e religião nas escolas sob o pretexto de fazer do ambiente escolar um espaço de discurso neutro. Buscando novamente assumir o inalcançável posto de neutralidade científica e o combate a “doutrinação marxista” e “ideologia de gênero”, conferia-se aos estudantes a responsabilidade de vigiar os docentes e denunciar quaisquer “deslizes” que pudessem dar no sentido de suposta ideologização dos estudantes.

Entendendo que a luta pela transformação social, nas sociedades capitalistas ocidentais, não pode ser restrita à conquista do Estado, Gramsci formulou a ideia de um combate pela hegemonia que inclui a disputa por projetos e visões de mundo, em diferentes espaços da sociedade civil (Gramsci, 2000 [1932-4]). Essa sofisticada percepção da luta política se torna, nas mãos de seus detratores à Direita, uma estratégia maquiavélica e simplória, com o objetivo de solapar os consensos que permitem o funcionamento da sociedade, por meio da manipulação das mentes (a noção de “lavagem cerebral” é invocada com frequência) (Miguel, 2016, p.600)

Com isso, urge a reflexão sobre o suposto risco que os professores e o pensamento crítico teriam para a continuidade da propagação deste projeto de sociedade. Os frequentes ataques à liberdade de expressão, bem como, à disciplinas que promovam maiores reflexões sobre o ensino e aprendizagem, são indícios de que estes configuram ameaça para a reprodução da ordem vigente, ou seja, é preciso

o sucateamento do serviço público seja ele no âmbito educacional, de saúde, previdência, assistência social, segurança, etc., para que se justifique a entrada de setores privados que irão lucrar em cima dos direitos básicos da população. Em especial no recorte da educação, que é o foco deste trabalho, essas políticas apresentadas geram preocupações sobre o projeto educacional e o perfil de sujeito que se pretende formar.

Quando falamos das finalidades da educação *no seio de uma determinada sociedade*, queremos dizer que o entendimento dos objetivos, conteúdos e métodos da educação se modifica conforme as concepções de homem e de sociedade que, em cada contexto econômico e social de um momento da história humana, caracterizam o modo de pensar, o modo de agir e os interesses das classes e grupos sociais. (Libâneo, 2013, p.53)

Embora as intensas tentativas de esmorecer a educação pública e restringir os direitos de ensino e aprendizagem, este trabalho pretende reescrever a história sobre o olhar de quem produziu a resistência. Se professores e estudantes país a fora foram considerados uma ameaça para o país, isto é, porque enfrentaram disjunção entre os que pensam e os que executam. O papel dos sindicatos dos professores, bem como, o fomento da criação de coletivos estudantis nas escolas, chamados de grêmios estudantis, tiveram papel fundamental para pensar no que Libâneo apresenta como concepções de homem e de sociedade. Os objetivos, conteúdos e métodos da educação foram ativamente pensados, visando uma educação *omnilateral* que possibilite que a educação pública seja capaz de fomentar a imaginação inventiva, ou seja, uma nova agenda criou-se para a educação pública a partir do que lhes era proposto. Tais movimentos não surgiram da noite para o dia e são peça chave para pensarmos a formação política na escola pública. Haverá de nos perguntarmos de que forma organizaram-se para o enfrentamento da ordem brutal e destrutiva do capital sobre a vida. Esta resposta só é novamente encontrada a partir da historização do processo vivenciado, recuperando sua gênese e aspectos políticos e sociais.

4 O MOVIMENTO OCUPA SIMÃO

O recorte deste estudo foi a ocupação da Escola de Ensino Básico Simão José Hess, localizada em um bairro central de Florianópolis, entre o Maciço do Morro da Cruz e o Morro do Quilombo - sendo as crianças e adolescentes destes territórios, o principal público desta escola. Outra característica relevante sobre esta localização, é o fato de estar no meio do caminho das duas universidades públicas em Florianópolis, quais sejam: a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Logo, a E.E.B. Simão José Hess é frequentemente requisitada por estudantes do ensino superior para a realização de estágio docência, projetos de extensão e iniciação científica.

A escola também avizinha-se a outras instituições escolares, como o Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires e o NEIM Waldemar da Silva Filho. Nos bairros do entorno, há algumas escolas municipais que atendem somente até os anos finais, sendo a E.E.B. Simão José Hess, um destino para muitos jovens que pretendem cursar o Ensino Médio, ou mesmo, para aqueles que possuem familiares nesta etapa do ensino e transferem sua matrícula para melhor dinâmica familiar. Segundo Censo Escolar 2016 do INEP, no em que foi realizada a Ocupa Simão, a escola possuía 987 estudantes, a maioria cursando o ensino médio, conforme o quadro abaixo:

Quadro 3. Matrículas da E.E.B Simão J. Hess por etapa, no ano de 2016.

Etapa	Quantidade
Anos iniciais	193
Anos finais	308
Ensino médio	486

Fonte: Censo Escolar 2016, INEP.

Torna-se relevante este dado para compreender a legitimidade do movimento que é objeto deste estudo. Aproximadamente metade do público desta escola estava sendo diretamente impactado pelos projetos de lei e medidas provisórias situadas no capítulo anterior. No entanto, não se trata de reduzirmos os impactos previstos para todo público-alvo da escola. É evidente que as políticas

educacionais propostas, tratam de um projeto para a educação e por isso, afetam a todas as pessoas educacionais: corpo docente, funcionários da limpeza, da segurança, da cozinha, técnicos, equipe administrativa, assim como, familiares, comunidade do entorno escolar e mesmo os estudantes de etapas anteriores do ensino, que em breve chegarão ao ensino médio ou que serão afetados pela precarização do espaço físico e do ensino como um todo. Contudo, no contexto em que o movimento se inscreveu, os estudantes secundaristas tiveram grande representatividade no rumo da escola diante do cenário político da educação.

A idade dos jovens no ensino médio tem uma grande variação na realidade brasileira. De modo regular, a faixa etária desta etapa é dos 14 aos 17 anos, no entanto, a trajetória dos jovens de escola pública é marcada por muitas variáveis, como as de classe, raça e gênero, que recorrentemente são fatores que impactam nas taxas de aprovação. O censo escolar computa estes dados como "distorção idade-série", que significa quando um jovem não chega à etapa escolar com a idade convencional. Em 2016, 31,3% dos alunos do ensino médio na E.E.B. Simão José Hess entraram para este censo (Censo Escolar/INEP, 2016). Não caberá aqui fazer uma discussão quantitativa sobre este dado, mas sim, analisar que esta etapa escolar possui uma alta variedade de faixa etária, que, no entanto, enquadra-se na categoria de "juventude". Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o período da adolescência seria a segunda década da vida (de 10 a 19 anos), sendo a juventude uma categoria que se estende dos 15 aos 24 anos.

Assim, pode-se afirmar que o movimento Ocupa Simão foi composto pela juventude. Em uma manifestação em frente à escola no dia 3 de novembro de 2016, os estudantes escreveram em seus uniformes escolares artigos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Além disso, os estudantes identificaram-se com nome e idade, que correspondia à faixa etária dos 15 aos 17 anos. A manifestação teve a cobertura do jornal independente do Coletivo Maruim e registrou o grupo de estudantes que esteve à frente do movimento na escola⁹. De maneira pacífica, os estudantes conversaram e puxaram palavras de ordem em frente à escola no horário de chegada dos demais estudantes do turno matutino. Foram cerca de 40 estudantes munidos de tambores, apitos, panelas e panfletos. Neste momento, a escola ainda não havia sido ocupada. O movimento, liderado pelo Grêmio Estudantil, ainda trabalhava para a conscientização acerca das pautas reivindicadas.

Durante a entrevista gravada pelo Coletivo Maruim, um dos estudantes afirma:

Sem os estudantes a escola não funciona [...] todos nós aqui num ato legítimo estamos reivindicando pelos nossos direitos e os nossos direitos que muitas vezes não são atendidos. Então é importante esse momento que tá acontecendo aqui, assim como

⁹ MARUIM | Estudantes do Simão protestam em frente ao colégio e diretoria ameaça punição. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j2pjutYXC6w> Acesso em: julho de 2024.

tem mais de 1.100 escolas ocupadas nesse momento no Brasil, a gente talvez seja mais uma, entende? Então, se a gente unir todas essas forças, porque essas 1.100 escolas que estão ocupadas, não são só 1.100 escolas, são um movimento só. Todas as escolas são um movimento só. E esse movimento é o que vai trazer força para nós conseguirmos reivindicar pelo que a gente precisa, que é o nosso direito à educação, é o nosso direito à cultura, são todos os nossos direitos que a gente tem assegurado (Membro do Grêmio Estudantil SJH, 2016).

O jovem entrevistado clarifica a gênese do Ocupa Simão. Não se trata de um movimento isolado, embora tenha suas especificidades, mas sim, um movimento de dimensão nacional, um movimento que uniu-se simbioticamente às outras 1.100 escolas ocupadas naquele momento, no intuito de responsabilizar-se pela construção do futuro da educação. Ao afirmar que "sem os estudantes a escola não funciona", insere esta categoria - a estudantil, como agente ativo para pensar os rumos que a educação deve tomar. Neste caso, os estudantes contrapunham-se às decisões vindas de reuniões fechadas do governo com as fundações e representações do setor privado, reivindicando seu lugar enquanto verdadeiros interessados na educação pública de qualidade.

4.1 Prólogo: A escola é nossa!

Embora a ocupação da escola possua um marco temporal, nesta pesquisa não foi possível precisar o início do movimento Ocupa Simão, isto porque ao fazer parte do movimento, nota-se que sua gênese se dá desde as primeiras reuniões do Grêmio Estudantil sobre a conjuntura política, quando os jovens começam a compreender que a tática de ocupação possui um objetivo maior a ser alcançado, em seu horizonte estava liquidação das contrarreformas já mencionadas. Para tanto, o ato de ocupar deveria decorrer da consciência e formação política dos jovens.

O Grêmio Estudantil enquanto entidade de representação dos estudantes na escola, desempenhou um papel fundamental para a organização do movimento. Identifica-se que foi a partir desta entidade as primeiras ações que, dias depois, culminaram na ocupação. Ainda no mês de outubro, os membros do grêmio realizaram passagens em sala convidando os estudantes para uma reunião. No entanto, a escola é um espaço de disputa mesmo internamente, sendo do conhecimento desses membros, a necessidade de manter em sigilo algumas ações para que fosse assegurada sua autonomia enquanto entidade. As passagens em sala eram munidas de códigos, os estudantes anunciaram que ao final da aula, estariam distribuindo "pão com frango". Na escola Simão J. Hess, o dia que a merenda é pão com frango, havia uma longa fila para cada estudante garantir o seu. Pode-se afirmar que é a merenda de maior interesse dos estudantes, sendo, portanto, um trocadilho este código iniciado pelo Grêmio Estudantil.

A partir desta primeira reunião, a entidade passou a ter a presença de outros estudantes interessados que foram fisgados pelo debate político realizado. Dessa mesma forma, era necessário ampliar o movimento. Foi quando os estudantes passaram a realizar manifestações, reuniões ampliadas, passagens semanais nas salas de aula, confeccionaram panfletos e visitaram outras ocupações.

Em Florianópolis, o movimento Ocupa Simão teve grande influência da ocupação na UDESC¹⁰ que fora realizada no hall da reitoria, no campus Itacorubi. A estreita relação se deu pela proximidade das duas instituições, para além do vínculo que alguns militantes da UDESC possuíam com a escola, por ser um campo de estágio, conforme explicitado anteriormente. Além dessa ocupação, o Colégio Aplicação na UFSC também foi visitado pelo movimento Ocupa Simão, quando os estudantes trocavam experiências e discutiam sobre as pautas reivindicadas, fortalecendo a rede de estudantes mobilizados e acumulando um debate ainda mais qualificado. Nessas visitas, era comum participar de assembleias e espaços deliberativos das outras ocupações, fazendo falas no início ou final destes espaços e contribuindo com as experiências de cada escola. Assim como o movimento Ocupa Simão visitou outras escolas, foi também visitado por outros movimentos de ocupação. Durante o período pré-ocupação, o Simão J. Hess recebeu a presença de estudantes do IFSC campus Mauro Ramos, que esteve ocupado também neste mesmo período. O IFSC é uma escola técnica de grande dimensão, quando comparada à estrutura da E.E.B. Simão José Hess, logo, a experiência destes militantes era muito oportuna para consolidar a Ocupa Simão.

Havia duas frentes de trabalho sendo feitas neste momento: a primeira era a ampliação do movimento. Foi necessário um extenso trabalho de base para a conscientização dos estudantes da escola para a realização da ocupação, não sendo na primeira assembleia realizada com a pauta de ocupação, a decisão acatada por ampla maioria. A segunda frente de trabalho, diz respeito à formação interna do movimento que seria a vanguarda da ocupação. Conforme novas pessoas se aproximavam e as experiências das outras ocupações eram somadas, foi necessário destacar pessoas responsáveis por cada tarefa específica, para além de desafiarem-se na condução dos espaços deliberativos e na atividade formativa que é a participação do movimento estudantil. Em nota oficial publicada pelo movimento Ocupa Simão, os estudantes relatam sobre assembleias realizadas nos turnos matutino e vespertino do dia 27 de outubro de 2016:

Contamos com a presença de cerca de 150 pessoas, dentre elas: professores, companheiros de outras escolas e estudantes das Universidades Estadual e Federal. Tal assembleia, teve assiduidade tanto de alunos da manhã, como da tarde, sendo que o diálogo e as opiniões da grande maioria puderam ser compartilhados com aqueles

¹⁰ O movimento possuía as mesmas pautas nacionalizadas que foram mencionadas acima, no entanto, era composto por estudantes universitários, que em maior parte, se graduavam em cursos de licenciatura e artes. A ocupação se deu no hall da reitoria e teve início no final de outubro, totalizando cerca de 25 dias de ocupação.

presentes. Também foi realizada, por conseguinte, as eleições para decidir se a ocupação viria a acontecer ou não. Por 90 votos a favor a 42 contra, foi deliberado o estado geral de ocupação. (Apêndice A)

Neste momento, os estudantes reconheceram que a tática de ocupar a escola ainda não deveria se concretizar diante dos votos contrários que expressavam dúvidas sobre a gravidade das políticas que estavam tramitando no senado e na câmara. Entretanto, fora reconhecido também o avanço do debate realizado entre a categoria, que fez com que a maioria das pessoas presentes votassem a favor do Estado de Ocupação.

Figura 4. Assembleia estudantil vota pelo "Estado de Ocupação" na E.E.B. Simão J. Hess



Fonte autoral, outubro de 2016.

Após a decisão, veículos da imprensa tradicional do estado de Santa Catarina divulgaram a informação que a escola teria aprovado uma ocupação a ser realizada na próxima segunda-feira (24/out, 2016):

Figura 5. Matéria *Fake News* removida após retaliação do movimento.

CONTRA PEC 241 COMENTE!

SC registra oito movimentos contra a PEC 241 em instituições de ensino

28/10/2016 - 14h02min - Atualizada em 28/10/2016 - 14h46min Sugerir correção

Pelo menos oito instituições de ensino em Santa Catarina registraram **movimentos contrários** a PEC 241 nesta sexta-feira. A primeira ação aconteceu ainda na segunda-feira, 17, no Instituto Federal em Rio do Sul, no Norte catarinense. Já na noite desta quinta-feira, cerca de 90 alunos votaram pela ocupação da Escola Simão José Hess, em Florianópolis. O movimento pretende ocupar o colégio a partir da próxima segunda-feira. Além das instituições de ensino médio, a Universidade Estadual (Udesc) segue ocupada.

Fonte: Redes sociais movimento Ocupa Simão, 2016.

Os estudantes, no entanto, não haviam divulgado esta informação. A desinformação foi divulgada em um dos principais jornais de Santa Catarina e foi removida após os manifestantes esclarecerem a situação. Em nota, os estudantes esclareceram que o que fora aprovado na assembleia, não configura uma ocupação. O "Estado de Ocupação" significa um momento do movimento em que se ampliam as práticas do movimento estudantil para o avanço da formação política dos jovens, a fim de pautar novamente a aprovação ou não da ocupação, após este período.

Os estudantes afirmam:

Em momento algum foi especulada uma data concreta para a ocupação em si. E é com convicção que o coletivo AFIRMA que os dados repassados abaixo pela mídia Diário Catarinense, não são verdadeiras - Repudiamos tal atitude em detrimento da má conduta apresentada e falta de embasamento para noticiar tal situação. (Apêndice B)

A partir de então, o movimento passou a realizar ações que dialogassem com a comunidade no entorno da escola, para além dos estudantes. O coletivo convocou uma reunião que contou com a mediação da direção escolar e pode esclarecer aos familiares as motivações do movimento. Esta ação expressa o seu caráter democrático, que buscou construir o convencimento da comunidade escolar. Nesta reunião, o principal objetivo seria sanar dúvidas e apresentar o movimento para todos interessados, dado que neste momento, as grandes mídias trabalhavam para a criminalização das ocupações nas instituições de educação, assim como, crescia a onda de repressão por parte da oposição, sendo frequente a prática de deslegitimação do movimento.

Conforme observado, após a deliberação do ESTADO DE OCUPAÇÃO feita no dia 27/10/2016, nós do Ocupa Simão percebemos grande dispersão e falta de informação quanto à legitimidade do movimento. Por isso, estamos convocando com caráter de URGÊNCIA uma reunião entre os corpos de pais e professores. A intenção é que todas as opiniões sejam expostas, as dúvidas sanadas e os esclarecimentos encaminhados. (Apêndice B)

Apesar das dificuldades no convencimento dos familiares, assim como, da lida institucional da direção escolar com os estudantes, o movimento seguiu fortalecendo-se em luta, participando de reuniões fora e dentro da escola. O momento de "estado de ocupação" fora oportuno para que o movimento ganhasse maior visibilidade. Os estudantes enfatizaram em sua apresentação o seu caráter de ação e de responsabilização pelas tomadas de decisões sobre o rumo da educação:

Em nossa luta prezamos pela educação, por uma escola de qualidade, por professores interessados, por uma merenda adequada, por mantimentos de higiene básica para todos, aulas dinâmicas e liberdade de expressão crítica. A escola é frequentada por estudantes, logo, temos toda autoridade para ajustá-la de uma maneira mais adequada a nós como um todo. (Apêndice C)

Ainda, reconheciam a necessidade de mudanças na educação pública, que por sua vez, não estariam amparadas pelo caráter de contrarreformas que possuíam as propostas submetidas à câmara e ao senado. Os estudantes desenvolveram estratégias para comunicação facilitada entre a comunidade escolar, transpondo o debate político para o cotidiano da escola. Faziam isso ao apresentarem-se enquanto movimento, mas também, ao pendurarem faixas, cartazes e ao produzirem materiais informativos como panfletos (anexo A). Em nota, o movimento Ocupa Simão afirmou:

Devemos sim, ter uma reforma na educação, mas não é congelando os gastos em investimentos públicos que chegaremos lá, porque enquanto os gastos estão congelados, a inflação aumenta e o dinheiro investido passa a valer muito menos do que já é utilizado para suprir algumas (entre muitas) necessidades de melhorias de nossas escolas.

Somos nós quem frequentamos as escolas, que temos que lutar por essa causa, que vamos sofrer com esses ajustes se não fizermos nada, por esses motivos e entre outros, os estudantes da Escola de Ensino Básico Simão José Hess, DIZEM NÃO A PEC 241 E A MP 746/2016. (Apêndice C)

Figura 6. Faixa anunciando "Estado de ocupação"



Fonte autoral, 2016.

A escola com qualidade educativa deve assegurar as condições para que todos os alunos se apropriem dos saberes produzidos historicamente e, por meio deles, alcancem o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral (Libâneo, 2016, p.21). Pode-se afirmar que o movimento Ocupa Simão iniciou-se com este prólogo, em metáfora ao tempo inicial de uma peça teatral, em que elementos introdutórios são explicitados para localizar o público. Ao afirmarem-se em estado de ocupação, os estudantes se dedicaram à tarefa de tornar acessível o debate político feito nacionalmente sobre as contrarreformas do então presidente Michel Temer. Mais do que isso, deixaram de consentir com a realidade posta, reivindicando a revogação das propostas, mas sobretudo apontando para o ato de ocupar a escola, como uma forma de resistência e de construir, por meio da ocupação, a escola pública

que fosse um local de apropriação dos saberes historicamente produzidos, bem como, de socialização cultural. Ao hastearem suas bandeiras na fachada da E.E.B. Simão J. Hess, os estudantes afirmaram: *"A escola é nossa!"*.

4.2 Ato: Ocupar e Resistir!

O marcador de um segundo momento na história deste movimento, se deu a partir do ato concreto de ocupar a escola. Após intensificar as formações políticas no período de "estado de ocupação", os estudantes definiram o momento adequado para ocupar a escola, não mais de acordo com os limites toleráveis da instituição em "normalidade". A tática de ocupação neste outro contexto, implicou a decisão se o movimento paralisaria ou não as aulas. Além disso, os estudantes passariam a dormir na escola e a propor de maneira mais sistematizada mudanças no cotidiano escolar, somando a E.E.B Simão J. Hess ao número de mais de 1.000 escolas com este mesmo cenário.

No dia 18 de novembro de 2016, o movimento Ocupa Simão realizou um ato que culminou na ocupação da escola. Era uma sexta-feira, quando por volta das 20h00 os estudantes se concentraram nos arredores da escola e manifestaram-se com batuques, cartazes e palavras de ordem. A data para ocupação levou em consideração dois fatores principais: o primeiro foi ter o final de semana para organizar a chegada dos demais estudantes na semana seguinte. O segundo fator, foi a desocupação à força que a Polícia Militar realizou na UDESC na mesma semana. Como forma de repúdio e de solidariedade aos estudantes da UDESC, o movimento Ocupa Simão realizou a ocupação com uma das palavras de ordem sendo "UDESC desocupa, o Simão ocupa!".

Figura 7. O Simão ocupou!



Fonte autoral, 2016.

Além dos estudantes da escola, estudantes universitários da graduação e pós-graduação, alguns professores, e familiares também acompanharam a manifestação dos jovens, que tiveram sua entrada barrada, a mandato da direção escolar. Após proferirem palavras de ordem e realizarem a manifestação em frente à porta da escola, o movimento conseguiu entrar, tendo como primeiro ato, uma conversa com os estudantes que estavam na escola durante o turno da noite. Em roda, o movimento declarou a ocupação e realizou neste momento, uma ata para registrar a ocupação, assinando os responsáveis na escola, assim como, os estudantes.

Ao ocuparmos a EEB Simão José Hess as 20:00h do dia 18 de novembro de 2016, foi assinada pelos responsáveis presentes uma ata onde constavam acordos acerca do espaço físico da ocupação. Dentre eles, frisou-se a questão de que o alarme do sistema de segurança da Escola ficaria desligado no ambiente ocupado pelo movimento, uma vez que, esse estaria sob responsabilidade dos mesmos. (Apêndice D)

Em seguida, a presença de oficiais militares foi solicitada. Não foi comunicada a autoria da denúncia que havia sido realizada, contudo, os estudantes orientados por seus familiares, entraram em contato com o conselho tutelar de Florianópolis que prontamente enviou um conselheiro até a escola para acompanhar o ato de ocupação. Após a chegada dele, os estudantes tiveram sua manifestação reconhecida pela rede de proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes, perante os oficiais e demais entidades ali presentes. Vale ressaltar que neste período, alguns profissionais da advocacia se destacaram por exercer um trabalho social de garantia da legislação e proteção dos direitos de manifestação, contando o movimento Ocupa Simão, já nos primeiros dias, com a presença de uma advogada popular que mobilizou o contato com a Comissão dos Direitos da Infância da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB/SC).

4.2.1 Organização

Os estudantes delegaram funções iniciais para cada integrante da ocupação, sendo uma delas, a de comunicação externa, ou seja, assim que a escola foi ocupada, integrantes notificaram a comunidade escolar por meio das redes sociais, bem como, realizaram uma lista de materiais para doação que o movimento precisaria para os próximos dias. Neste momento também foi acordado entre os estudantes um cronograma de reuniões para deliberar as próximas etapas do movimento.

Diariamente o movimento realizou assembleias que pautaram questões gerais à *Primavera Secundarista*, mas também, questões específicas do movimento Ocupa Simão. Uma primeira reunião encaminhou a estrutura mínima do coletivo que foi composta por *Grupos de Trabalho (GT's)* responsáveis por tarefas a partir de decisões horizontais que garantiram o funcionamento da ocupação durante os dias que se sucederam.

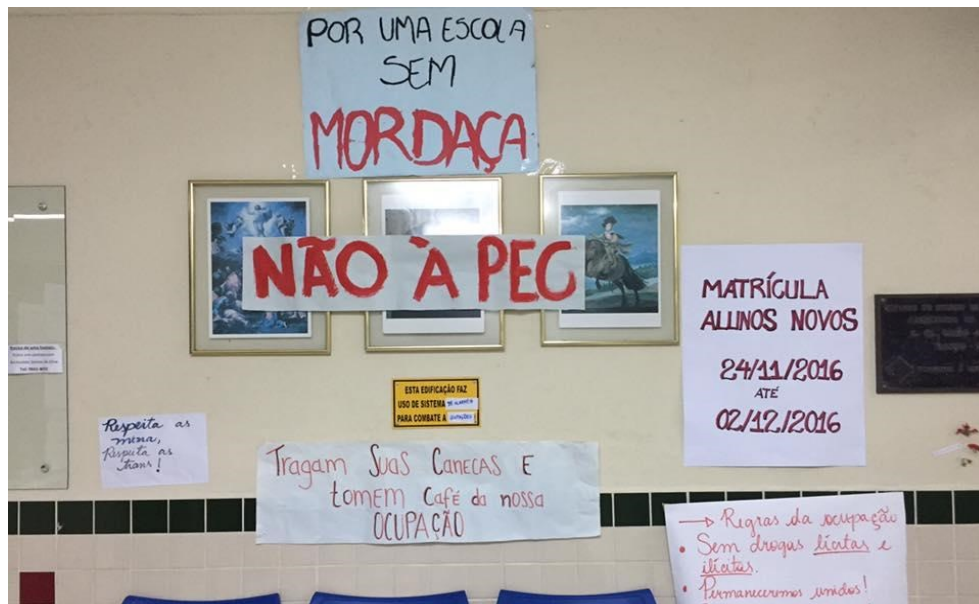
Na Ocupa Simão, os GT's foram especificamente: GT de segurança, GT de saúde, GT de organização, GT de alimentação, GT de relações externas, GT de limpeza e GT de cultura. A escolha das pessoas que compuseram os grupos foi feita de modo coletivo e balizada pelo interesse de cada um, assim como, pela necessidade compartilhada no coletivo. O GT de relações externas, por exemplo, era revezado de duas em duas pessoas, para que se garantisse a uniformidade das informações que romperam os muros da escola, mas também, de modo a possibilitar que essa função não ficasse exclusiva a um par de pessoas somente.

Outro elemento balizador, foi a divisão sexual do trabalho. De modo contraditório, os estudantes viram-se reproduzindo os padrões impostos pelo patriarcado, enquanto, os mesmos lutavam pelo seu fim. Na escolha dos grupos de trabalho, comumente as pessoas do gênero masculino se dispunham a tarefas relacionadas à segurança física e do espaço, enquanto as do gênero feminino, a garantia de limpeza e alimentação. Partindo da noção de Saffioti (1987, p.31) a construção social da supremacia masculina exige a construção social da subordinação feminina. A autora ainda afirma que quanto mais discriminada é uma categoria social, tanto mais facilmente será sujeita às más condições de vida no sistema capitalista. As categorias sociais discriminadas: mulheres, pessoas negras, homossexuais, são subordinados a correlações de forças político-sociais e que podem ser vivenciadas por um mesmo sujeito de forma simbiótica, portanto, não se trata de uma somatória dos fatores discriminatórios, mas sim, como cada sujeito constitui-se a partir destes significantes expressos como uma relação de dominação-exploração.

No exemplo da escolha de grupos de trabalho, o movimento Ocupa Simão pode reconhecer e reparar as ações que corroboram para a manutenção destas relações. A partir de formações sobre a temática, reuniões de balanço e autoavaliação, assim como, pela própria revolta do grupo de jovens identificadas com o feminismo, os grupos de trabalho passaram a ser divididos com atenção redobrada a estes elementos.

Após a delegação de tarefas, os responsáveis por cada grupo de trabalho passaram a realizar reuniões específicas de cada categoria, podendo envolver os demais membros da "ocupa" em atividades propostas. O GT de limpeza, por exemplo, propôs um mutirão de limpeza a ser realizado por todos os estudantes presentes na ocupação, assim como, pelos familiares, comunidade escolar e apoiadores do movimento. Com isso, realizaram ainda no final de semana a limpeza e organização do espaço, propondo a revitalização dos canteiros, da horta, dos banheiros, compondo móveis no teto do refeitório, mesas com materiais formativos, cartazes com suas pautas políticas, recados com regras da ocupação etc.

Figura 8. Cartazes da Ocupação



Fonte autoral, 2016.

Figuras 9 e 10. Limpeza e organização do espaço escolar.



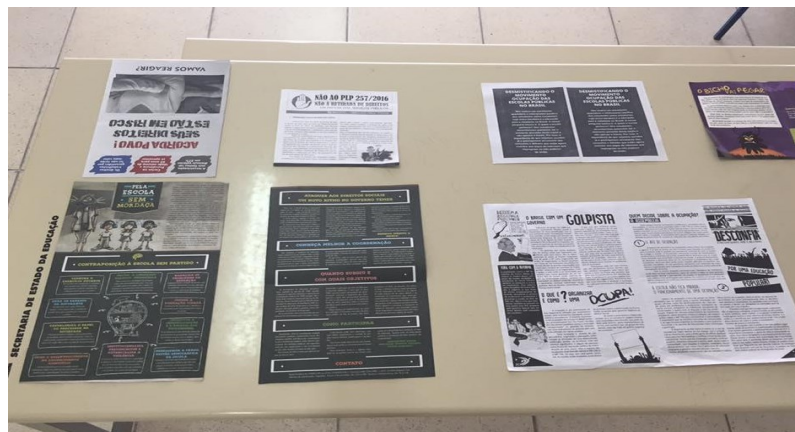
Fonte autoral, 2016.

Figuras 11 a 14. Limpeza e organização do espaço escolar.



Fonte autoral, 2016.

Figura 15. Mesa com materiais informativos para distribuição gratuita.



Fonte autoral, 2016.

A disposição do espaço físico durante a ocupação foi um elemento central para o movimento. Conforme já explicitado, o ato de ocupar a escola não somente produziu resistência pela oposição às contrarreformas, mas sobretudo, pela construção ética, estética e política da instituição escolar, pensada pelos próprios jovens da escola pública:

A escola possui formas de organização, normas e procedimentos que não são meramente aspectos formais de sua estrutura, mas se constituem nos mecanismos pelos quais podemos permitir e incentivar ou, ao contrário, inibir e restringir as formas de participação de todos os membros da comunidade escolar (Bueno, 2001, p.6)

Ademais, ao manifestarem contra a reforma do ensino médio, os jovens da Ocupa Simão ressaltaram o seu caráter de precarização do espaço físico. A organização do espaço escolar, portanto, foi prioridade do movimento, cabendo não só ao GT de Limpeza a manutenção do espaço, mas de cada um que somasse à ocupação. Para tanto, informes como "sujou, limpou" e sinalizações nos lixos, foram pensados pelo GT para que a responsabilização do cuidado com o espaço, fosse coletivizada. Outra proposta realizada foi a retirada das mesas do refeitório onde os estudantes faziam as refeições na E.E.B Simão J. Hess. A ideia surgiu ainda durante a limpeza, quando os estudantes retiraram as mesas para secar e as colocaram ao sol. As refeições realizadas na área externa da escola, possibilitou a melhor circulação no refeitório (local onde os estudantes montaram suas barracas), além de promover um impacto sobre a disposição do espaço. O movimento Ocupa Simão considerou a proposta bem sucedida quando os demais estudantes passaram a utilizá-la e interagir com a forma de organização proposta pelos manifestantes para as refeições ao ar livre, debaixo do sol.

Figuras 16 e 17. Mesas ao ar livre.



Fonte autoral, 2016.

Quanto à alimentação, os estudantes foram contemplados por doações desde o prólogo à ocupação. Durante o ato de ocupar, no entanto, as doações cresceram, bem como a visibilidade do movimento, que ganhou apoiadores do entorno escolar, mas também dos sindicatos em luta contra a reforma do ensino médio e organizações políticas. As refeições tinham horários fixos e comuns aos militantes, podendo também se alimentar da merenda escolar. O GT de Alimentação estipulou os horários de 6h30-7h30 para o café da manhã, 11h30-13h30 para o almoço e 18h30-19h30 para o jantar.

Embora a escola tenha ficado aberta até as 22h em decorrência da aula no período noturno, o GT de Segurança recomendava o recolhimento dos estudantes da ocupação por volta das 22h30, horário em que todos deveriam descansar para no outro dia, cedo acordar. Durante a madrugada, alguns familiares e apoiadores do movimento que estavam presentes na ocupação, alternaram turnos de vigília. Durante o dia, essas pessoas buscavam repor o sono da noite. O GT de Segurança tinha a incumbência de guardar a integridade física dos membros (incluindo a eles próprios), bem como, da escola.

Já o GT de Organização, responsável pelo funcionamento geral da ocupação, tinha como principal tarefa, a articulação da programação. A escolha se dava a partir da realidade e interesse dos estudantes da E.E.B. Simão J. Hess, mas sobretudo, por "doações de aulas e oficinas" que eram solicitadas aos apoiadores da ocupação. Os estudantes realizaram formulários para serem preenchidos com sugestões de atividades formativas, bem como, anotaram o contato de visitantes da "ocupa", professores e estudantes das universidades, que poderiam somar com suas áreas de estudo à ocupação. As atividades eram diariamente divulgadas por meio das redes sociais e também, pelo mural de programação localizado no centro do refeitório - local de grande circulação dos estudantes:

Figura 18. Quadro para fixar a programação semanal.



Fonte autoral, 2016.

4.2.2 Formação

As atividades formativas levaram em consideração o caráter de rompimento com a dominação ideológica da escola por meio do interesse do capital. Programas como a "lei da mordaza" que incentiva os próprios estudantes a ilegalmente gravarem as aulas dos docentes afim de policiar o conteúdo que circula nas escolas, clarificam que o interesse por trás da proposta é que a educação pública não sirva para a formação do pensamento crítico. Pelo contrário, a necessidade de qualificar a mão de obra barata do mercado pôs em xeque a contradição para a classe dominante:

Como liberar um pouco mais de conhecimento para as camadas populares sem abrir mão do controle ideológico da escola, sem correr o risco de eventualmente abrir espaço para as teorias pedagógicas mais progressistas, comprometidas com as transformações da escola para além da versão tecnicista e escola novista? (Freitas, 2014, p.1089)

Com isso, a escola torna-se um espaço de disputa, em que os estudantes cientes de sua condição subalterna aos interesses do capital, propõem o rompimento com a lógica que poda o ensino de arte, filosofia, sociologia, educação sexual, dentre tantas outras áreas que foram e são alvos de *Fake News*. As atividades formativas da ocupação, visavam trazer para dentro da escola, debates espoliados. Os estudantes realizaram um levantamento das principais questões que julgaram necessário serem trabalhadas na escola, dentre elas: arte, cultura, lazer, debates de conjuntura, questões de raça, gênero e sexualidade, etc.

A escolha de não paralisar as aulas durante a ocupação, possibilitou que as atividades propostas pelo movimento Ocupa Simão fossem articuladas com os professores, de modo que todos os estudantes estariam em contato com o movimento e, aos poucos, mais pessoas aderiram os grupos de trabalho para ajudar a fortalecer e participar do movimento. As atividades então foram realizadas em espaços de circulação dos estudantes e durante os períodos de aula. O apoio dos professores foi fundamental para tanto. A partir da valorização sobre a luta das ocupações secundaristas, os docentes disponibilizavam seus horários letivos, bem como, articulavam seus planejamentos ao do movimento Ocupa Simão. No entanto, vale ressaltar que parte do corpo docente era contrário à manifestação, fator este que limitou o movimento.

Como uma das primeiras atividades formativas após o ato de ocupação, o movimento promoveu a roda de conversa intitulada "O que querem fazer com nosso ensino médio?" que tratou sobre a então medida provisória de Reforma do Ensino Médio - atualmente já implementada. Além disso, o movimento realizou oficinas sobre análise de conjuntura, poesia marginal, fotografia e escrita, confecção de cartazes, serigrafia, artesanato, palestra de leitura crítica das mídias, roda de conversa com estudantes e familiares sobre gênero e feminismo, e sobre racismo e homofobia, aulas

preparatórias para vestibular, revitalização da horta, aula de dança, noite de palhaçaria e exposição de filmes e cine debates, como a do documentário dirigido por Carlos Pronzato "Acabou a paz, isso daqui vai virar o Chile" que retrata as ocupações secundaristas de 2015 em São Paulo.

Figura 19. Oficina sobre análise de conjuntura.



Fonte autoral, 2016.

Figuras 20 e 21. Debate de futebol e sociedade; Decoração do Sarau Cultura.



Fonte autoral, 2016.

Figuras 22 e 23. Roda de conversa sobre questões de gênero e sexualidade; Oficina de artesanato.



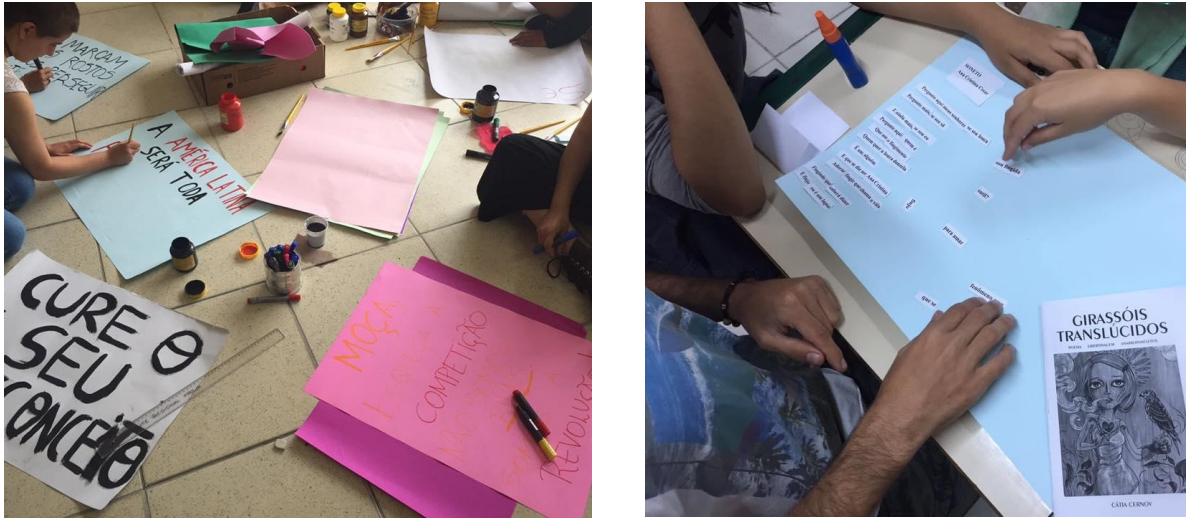
Fonte autoral, 2016.

Figura 24. Oficina de palhaçaria.



Fonte autoral, 2016.

Figuras 25 e 26. Confeção de cartazes e oficina de poesia marginal.



Fonte autoral, 2016.

Cumpra esclarecer que a participação dos grupos de trabalho, assim como, das assembleias, reuniões, passagens em sala e as conversas informais, também configuraram atividades formativas no contexto escolar, em especial, durante a ocupação. Isso porque, o conhecimento socializado na escola não se trata somente do conhecimento formal, mas sobretudo daquilo que alguns autores chamam de "currículo oculto", ou seja, conteúdos socialmente compartilhados que expressam por meio de signos e significantes e que não são necessariamente sistematizados em sala de aula. No contexto de ocupação, a formação política dos jovens da escola pública intensificou esses aprendizados que tornaram-se cotidianos.

Vale ressaltar que, embora toda a organização dos manifestantes tenha se voltado para um processo formativo crítico e emancipador, a direção escolar trabalhou cotidianamente para inviabilizar essas atividades, cooptando parte do corpo docente para restringir e boicotar as atividades da ocupação. Os professores eram, em partes, ameaçados pelo posicionamento de colaborar com o movimento. Durante este período, alguns professores manifestaram o seu apoio de forma sigilosa, devido a vigilância constante por parte da direção.

4.2.3 Direção escolar

A falta de apoio da gestão escolar ao movimento, não foi uma realidade incomum durante a *Primavera Secundarista*. Na E.E.B Simão J.Hess, esse foi um fator que impôs novos desafios e dificuldades para os jovens lidarem, para além de tantos outros que já eram previstos com o

rompimento da normalidade frente à conjuntura nacional. Os constrangimentos iniciaram-se quando, ainda enquanto grêmio estudantil, os estudantes foram cerceados a fazer passagens em sala, sendo exigido autorização da direção escolar, infringindo a Lei nº7.398 de 1985 que prevê “a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais” (Brasil, 1985).

Após o ato de ocupação, o posicionamento da então diretora da escola deixou de ser velado. O que antes aparentava apenas uma falta de apoio ao movimento, tornou-se oposição. A direção mobilizou publicamente familiares a manifestarem-se contrários ao movimento. Além disso, solicitou aos funcionários da escola responsáveis pela limpeza, que retirassem as mesas do ar livre e retornassem para seu local comum. Ao fazer isso, a gestão retirou-se de um confronto pessoal contra os estudantes, tentando colocar os mesmos contra os funcionários, o que não foi bem sucedido, uma vez que os estudantes compreenderam seu objetivo, dialogaram com a comunidade escolar e reafirmaram sua autonomia e proposições para a organização do espaço.

Ainda nas primeiras noites de ocupação, mesmo após os estudantes terem assinado uma ata em que constava o acordo oficial que o prédio em que ocuparam teria o alarme desligado, tiveram uma atividade formativa interrompida com um barulho ensurdecedor. Na ocasião, o alarme havia sido disparado, mesmo que nenhum manifestante tenha saído do perímetro acordado. Após acionado, o alarme só pode ser desligado quando autorizado pela direção escolar, que recusou as ligações do movimento, expondo os jovens manifestantes ao alarme muito alto. Em nota, o movimento afirmou:

Tendo em vista que nada havia acontecido, aguardamos cerca de 17 minutos por uma resposta, fosse ela por parte da direção ou da empresa que administra a segurança dentro do ambiente escolar.

Em função do barulho constante, o coletivo saiu para o estacionamento aguardando cerca de uma hora e expondo-se não só à chuva, como também à rua, colocando em risco a integridade física dos jovens da Ocupa Simão.

Considerando o relato acima, chegamos a conclusão de que o alarme da EEB Simão José Hess foi acionado de maneira remota, com o intuito de desestabilizar o movimento.

Reiterando a ata do dia 18 sobre o processo de ocupação, afirmamos com convicção que os acordos pré definidos foram desrespeitados, de forma a ferir o caráter legítimo do movimento e também a integridade física dos adolescentes que aqui estavam (Apêndice D)

A investida em alianças de oposição ao movimento teve como principal objetivo mobilizar o corpo docente e familiares contrários à ocupação. Tal investida culminou em ataques direto aos estudantes por parte de familiares que, cooptados por práticas racistas, homofóbicas e de discurso de ódio, atacaram pessoalmente os militantes, proferindo agressões verbais e psicológicas dentro da

instituição e que não foram controladas por parte da gestão escolar. Coube aos próprios estudantes, familiares e apoiadores, o convencimento e o diálogo sobre as razões de estarem ocupando a escola.

Em alguns casos, o discurso de ódio fora revertido em apoio à ocupação, conforme o relato do pai de uma criança matriculada na escola, que nos primeiros dias foi até a instituição reunir-se com a direção:

Eu fui contra a ocupação e no início tive muita raiva ,até que um dia fui ver de perto, mais bem de perto mesmo a ponto de sentar e conversar com o pessoal da ocupação e aprendi que tava pra ser contra mas vivemos em harmonia, pois continuo havendo aula, não houve baderna como muitos diziam que haveria, digo isso no meu ponto de vista, e afirmo tiro disso um grande aprendizado de onde veio a frase que está no meu face. APRENDI MAIS COM QUEM EU JULGAVA SER MEUS INIMIGOS DE QUE COM AQUELES QUE EU PENSAVA SER MEUS AMIGOS.... (Florianópolis, 2016. Facebook: Ocupa Simão)¹¹

Em resposta, o movimento agradeceu:

Somos extremamente agradecidos por esse tipo de atitude e é muito gratificante ver pessoas que chegavam até nós, com um pré-conceito formado, que puderam se abrir para entender o que realmente estava acontecendo. Convidamos a todos para conhecer o que fizemos durante a Ocupa e participar também por uma escola melhor!
Com isso, levamos uma lição para vida e esperamos que todos possam ter essa mesma flexibilidade do L. de ter criado sua própria opinião baseada em fatos reais e não uma opinião influenciada por outros que propagam o ódio. Obrigada L., aprendemos muito com você também!! (Florianópolis, 2016. Facebook: Ocupa Simão).¹²

Apesar das ações de caráter autoritário por parte da direção, os estudantes seguiram lutando por uma escola emancipadora, enfrentando inclusive as próprias limitações postas por esta, como pauta local da ocupação. As ações de caráter autoritário da gestão foram percebidas e denunciadas não só pelo conjunto de estudantes do movimento Ocupa Simão, mas também, por estudantes dos coletivos ocupa CCB, Ocupa CED, Coletivo de Estudantes do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), que estiveram presentes no ato de ocupação e em espaços formativos da ocupação e no dia 23 de novembro publicaram uma nota pública sobre a direção da E.E.B. Simão J. Hess:

Não só não reconhece o movimento das estudantes, como também tem se articulado com grupos contrários a fim de enfraquecê-lo. Esse apontamento decorre de posturas observadas por nós logo após a ocupação, quando a diretora e outras pessoas trancaram-se em sua sala, sem dialogar com estudantes e pais que estavam na escola.

¹¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/share/JBb9hP6RB7qexXSR/> Acesso em: jul, 2024

¹² Disponível em: <https://www.facebook.com/share/JBb9hP6RB7qexXSR/> Acesso em: jul, 2024.

Não há justificativas para isto, visto que a ocupação não paralisou as aulas, não impede a circulação de pessoas e deu-se de forma pacífica, com constantes falas das ocupantes sobre a necessidade de manter a calma e procurar dialogar com toda a comunidade escolar.

No entanto, essa não foi a postura da diretora, pois além de não investir em uma relação dialógica, ela procurou deslegitimar o processo de ocupação, entrando em contato com pais e responsáveis a fim de criminalizar o movimento. Tentou ainda colocar os pais contra estudantes logo que estes ocuparam o prédio, contactando-os e alegando inverdades quanto a postura das ocupantes, o que ocasionou grande desconforto e dor em todas as pessoas ali. Tudo isso a diretora fez a portas fechadas, sem receber ou ouvir estudantes que estavam em assembleia no pátio e que haviam convidado-a para participar deste espaço, recebendo apenas em sua sala pais contrários a ocupação. Este é o serviço a qual se presta uma pessoa comprometida com a educação de crianças e jovens?

Ainda nos questionamentos quanto a diretora, dúvida não só nesse momento, como também nas semanas que antecederam a ocupação do espaço - perceptível na fala das e dos estudantes -, tentamos entender o quão democrática é essa gestão, contrariando inclusive as ORIENTAÇÕES PARA O GESTOR ESCOLAR (Apêndice E)

A autoria da nota cita o documento para orientação e suporte do trabalho para Diretores de Escola¹³, que afirma a Gestão Escolar Democrática como forma de reger seu trabalho. Esta concepção por sua vez, parte do princípio de responsabilidade social da gestão, sendo pressuposto o incentivo à participação, à circulação de informações e à viabilização de recursos para a formação e manutenção dos conselhos escolares, dos grêmios estudantis e das associações de pais e mestres (Santos; Sales, 2012, p.176).

Considerando que as pautas reivindicadas pelo movimento Ocupa Simão dizem respeito ao conjunto de agentes implicados na relação escolar, quais sejam: estudantes, professores, gestão escolar, equipe administrativa, trabalhadores da limpeza, segurança e alimentação, familiares e responsáveis legais, etc., a direção escolar assumiu um caráter autoritário, infringindo leis que garantem a autonomia da organização estudantil e documentos orientadores de seu trabalho que, diferente do que fora realizado, deveria ser norteado por uma concepção democrática, portanto, progressista.

Ainda, vale mencionar que após o encerramento da ocupação, os estudantes interessados em seguir mobilizados pelo Grêmio Estudantil, sofreram formas de perseguição por parte desta mesma direção, como por exemplo, por meio da punição de suspensão do direito de ir à escola, em decorrência de terem entrado na sala dos professores para dialogar sobre a conjuntura política. Outro exemplo, ocorreu no dia 31 de novembro, quando os estudantes pró ocupação tiveram sua entrada

¹³ GESTÃO ESCOLAR: ORIENTAÇÕES PARA O GESTOR ESCOLAR. Governo de Santa Catarina. Florianópolis, 2016. p. 5.

proibida na escola. Na ocasião, manifestaram-se com a palavra de ordem "Queremos estudar! Queremos estudar!"¹⁴ e também, a partir da leitura do art.53 do ECA (1990), que prevê os direitos:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Direito de ser respeitado por seus educadores;

V - Acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

4.3 Epílogo: Lutar e Resistir!

Após 7 dias com a escola ocupada, dezenas de atividades realizadas sem a paralisação das aulas e o fortalecimento do movimento estudantil na E.E.B. Simão J. Hess, os estudantes em reunião do movimento definiram pela desocupação. A decisão se deu pelo desgaste psicológico que os estudantes sofriam dentro e fora da escola. Naquele contexto, algumas ocupações estavam sendo desmobilizadas pela polícia militar. Os manifestantes de outros estados e instituições eram agredidos desproporcionalmente ao "perigo" que supostamente ameaçavam. Além disso, os tensionamentos internos com a direção escolar, embora tenham servido de combustível para a luta, também colocaram estudantes em situações violentas, como por exemplo, quando em reunião com a presença de familiares, gestão escolar e estudantes, tenham discriminado uma manifestante, utilizando-se de sua orientação sexual para tal:

Na última terça-feira (01), a direção da nossa escola, EEB. Simão José Hess, convocou nossos pais e/ou responsáveis para um debate de esclarecimento sobre o movimento de ocupação estudantil (Ocupa Simão) e suas demandas. Como é de nosso perfil desde o início, levamos alguns representantes à reunião a fim de levantar quais pautas defendemos e escutar o contraposto de quem não acredita em nosso movimento de luta. Nos altos da conversa, um pai de aluno utilizou de seu tempo de debate de ideias para ofender uma estudante sobre a orientação dela. Conforme a fala do próprio pai não era um desejo dele ter uma filha igual a estudante e não bastou o tom pejorativo e preconceituoso da fala, o adulto maior de idade e com vivência democrática suficiente proferiu o discurso de ódio apontando o dedo para a estudante, de forma acusativa (Nota do movimento Ocupa Simão, 2016).

Na ocasião, os estudantes retratam a omissão da direção escolar, bem como, do conjunto de profissionais e responsáveis na escola em lidar com o ocorrido. Poderiam os estudantes ter ocupado a escola por um tempo maior se não houvesse tamanha repressão ao seu movimento? Esta é uma

¹⁴A manifestação foi gravada pelos estudantes e divulgada na página oficial do Movimento Ocupa Simão, disponível em: <https://fb.watch/tnD1mGQk3b/> Acesso em: 17 de jul.

questão que se insere no debate político e pedagógico das escolas. Evidentemente, não cabe o juízo de valor sobre o posicionamento político individual de cada pessoa à frente dos cargos da escola, seja professor, equipe administrativa ou direção escolar. O que cabe refletir é como a escola promove o respeito à multiplicidade de fatores sociais, políticos e culturais que compõem este espaço, sem reforçar, contudo, as desigualdades - estas fruto das injustiças sociais.

Ao definirem sobre a desocupação da escola, o movimento passou a refletir sobre a forma com que a fariam. Em primeiro lugar, decidiram que, fazendo jus ao extenso tempo em que realizaram o trabalho de convencimento dos estudantes e prolongaram um "Estado de Ocupação" já configurando o início da Ocupa Simão mesmo antes de concretamente ocuparem a escola, não aceitariam finalizar este ato à força pela Polícia Militar, conforme viam ocorrer em outras escolas Brasil afora¹⁵.

Decidiram, portanto, realizar a desocupação junto aos companheiros de luta que apoiaram o movimento desde o início. No dia 25 de novembro, estava previsto um ato de apoio à ocupação. O ato teve dois pontos de concentração: o campus Trindade da UFSC e o campus Itacorubi da UDESC. A E.E.B. Simão J. Hess localiza-se no meio do caminho entre as duas universidades, logo, os movimentos encontraram-se em frente à escola. Além da comunidade das universidades, o ato convocou todos os apoiadores da ocupação, contando com a presença do movimento popular da cidade, coletivos, estudantes de outras ocupações, familiares, representantes de partidos, etc.

Figura 27. Manifestantes apoiadores em frente a E.E.B Simão J. Hess



Fonte: Ocupa CED, 2016.

¹⁵ PM desocupa escola no TO e leva estudantes algemados para delegacia. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/10/pm-desocupa-escola-no-e-leva-estudantes-algemados-para-delegacia.html> Acesso em: 17 de julho de 2024

Durante o ato, os estudantes do movimento Ocupa Simão realizaram a leitura de uma carta aberta que posteriormente fora divulgada em suas redes (Apêndice F). Embora o ato inicialmente não tivesse a intencionalidade de desocupar a escola, a partir da decisão do movimento, passou também a exercer tal finalidade. Entretanto, o movimento não anunciou a decisão para os demais apoiadores antes do ato propriamente ocorrer. A escola, rodeada de manifestantes apoiadores, foi também envolvida por um cordão de agentes da polícia militar, que armados, impossibilitaram a entrada dos manifestantes. Ainda, os oficiais comunicaram ao movimento Ocupa Simão que, se um integrante saísse da escola, não voltaria mais a entrar.

Figuras 28 e 29. Policiais Militares armados em frente à escola.



Fonte: Ocupa CED, 2016.

De acordo com a decisão encaminhada em reunião ainda na noite anterior ao ato, os estudantes de mãos dadas saíram da escola e foram aplaudidos pelo conjunto de manifestantes ao redor. O movimento Ocupa Simão realizou a leitura da carta dividindo os parágrafos entre diferentes integrantes da ocupação. Iniciaram denunciando as tensões e intolerâncias realizadas por parte da direção (Apêndice F), além de agradecer todo o apoio que receberam durante os dias de ocupação, destacando as figuras familiares, do corpo docente, funcionários da segurança e limpeza, companheiras e companheiros de outras ocupações e a todos que disponibilizaram a apoiar e conhecer a ocupação.

Os estudantes elencaram algumas vitórias locais que reconheciam ter conquistado a partir do movimento, bem como, indicaram os caminhos para seguir em luta, anunciando a presença dos militantes em audiência pública sobre a Reforma do Ensino Médio e as Ocupações Secundarista, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)¹⁶:

¹⁶ A fala das representantes do movimento Ocupa Simão na ALESC foi gravada e está disponível em: <https://fb.watch/tnKjciVeFY/> Acesso em: 17 jul.

Entendemos que todo movimento de ocupação tem um começo, um meio e um fim. Um fim que não representa um fim da luta, mas uma reorganização das formas de lutar. Considerando que no tempo de uma semana, o Ocupa Simão resistiu e conquistou os seguintes pontos:

Instalar-se na escola no dia dezoito de novembro e decidir que a ocupa não paralisaria as aulas; Realizar cerca de vinte atividades na escola nesse período, envolvendo alunos e professores; Ter na escola a presença do Ministério Público na figura do Promotor da Guarda da Infância para conhecer a ocupação; Participar de assembleias nas Universidades; A reorganização do espaço físico da escola; Uma reunião ampliada com professoras e professores E um agendamento na ALESC na próxima quinta-feira, dia primeiro de dezembro, o qual todos vocês estão agora convidados a participar! (Apêndice F)

Com isso, os estudantes comunicaram a decisão feita em assembleia pela desocupação neste ato em apoio aos secundaristas, para que se unissem *"às lutas que hoje são fundamentais para a volta da democracia em nosso país. Decidimos sair da escola com vocês e não com a polícia!"* afirmaram os estudantes ao final da leitura da carta.

Figura 30 e 31. Manifestantes em frente a escola E.E.B. Simão J. Hess



Fonte: Ocupa CED, 2016.

Por fim, o movimento anunciou que a palavra de ordem que gritaram ao ocupar a escola era "*Ocupa ou não Ocupa? Ocupa! Ocupar e resistir! Ocupar e resistir!*" e que a partir deste momento, estariam transbordando a luta para além do contexto de ocupação na escola, saindo deste ato com a palavra de ordem "*Lutar e resistir! Lutar e resistir!*". Durante a leitura da carta, os estudantes foram interrompidos por aplausos do movimento e, ao final, consideraram oficialmente o fim da ocupação, apontando para a necessidade de seguirem a luta, não só em audiência na ALESC, mas com outras táticas a serem consideradas pelo movimento, tal qual a finalidade de ocupar a escola.

Após o ato de desocupação, outras escolas também foram desocupadas. Os estudantes foram convidados para inúmeras atividades nas escolas e universidades, continuaram participando de cine debates¹⁷, atos na cidade, foram entrevistados para contribuir com teses e dissertações e articularam-se nas entidades representativas dos estudantes secundaristas, como a União Florianopolitana dos Estudantes Secundaristas (UFES), que no ano seguinte elegeu estudantes da Ocupa Simão e de outras ocupações como a do IFSC e Aplicação, para a diretoria da entidade.

Este processo de ocupação, com todas as contradições que a sociabilidade coloca quando os movimentos populares se manifestam e procuram resistir a diferentes pautas e orientações que contradizem á classe trabalhadora, mostra não só uma historia singular com sua particularidades, na qual as evidencias e fatos, a partir dos registros, se recuperam para que a memoria de sujeitos concretos, como nesta experiencia na Escola, de estudantes e apoiadores, possa se inserir no fluxo do movimento histórico.

Os movimentos estudantis, são a força que impulsiona o futuro, mas não um futuro idealizado por "outros", senão um futuro construído pelas atividades de cada um e coletivamente referenciado. Talvez, nesse sentido, o presentismo repetitivo de normas sem levar em conta o que as pessoas involucradas querem, ameaça ao *status quo*, tão comumente burocratizado e tão comumente imposto para silenciar as diferenças.

¹⁷ Cine Debate realizado em maio de 2017, com a presença de integrantes do movimento Ocupa Simão enquanto debatedores do documentário "Resistência" de Eliza Capai. Disponível em: <https://catarinas.info/documentario-resistencia-reacende-debate-sobre-golpe-no-brasil/> Acesso em: 17 de julho

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ocupações secundaristas das escolas públicas no ano de 2016 representam um movimento historicizado, que deixa sua marca na história do movimento estudantil do Brasil. Ao pesquisar sobre a *Primavera Secundarista*, fora encontrado em suas raízes, relações com movimentos que lhe antecederam, é notada a participação dos estudantes em marcos históricos deste país, a exemplo da luta encampada em 1948, quando a campanha “O Petróleo é Nosso” teve a vitória na qualificação da oposição às explorações estrangeiras de minérios em território brasileiro e que culminou na fundação da Petrobrás, destacando a atuação dos estudantes secundaristas durante a campanha.

Este trabalho parte da concepção de que o movimento estudantil não está isolado em seus interesses de mudar a realidade local no meio em que estão inseridos, como a escola de ensino básico. Um conjunto de fatores enredam suas condições de serem estudantes, a um compromisso social, ligado às pautas mais sentidas do povo. Isto se dá pelo fato de que, no Brasil, a condição de ser estudante de escola pública, é muitas vezes acompanhada de ser trabalhador e enfrentar jornadas duplas ou triplas de trabalho em seus cotidianos.

Há um grande investimento de empresas privadas que disseminam a lógica de jovem empreendedor e cooptam estes jovens para enfrentar realidades de precarização do trabalho, não possuindo vínculos empregatícios e, por isso, configurando a estatística de jovens “Nem-Nem”, que nem trabalham – porque exercem atividades laborais remuneradas, mas sem compromisso da empresa e, também, não estudam – porque são demandados a enormes expedientes para darem conta da tão propagada lógica de jovem empreendedor. Não obstante, cursos técnicos, acelerados e simplificados são oferecidos para estes jovens de escola pública que passam a ter a vida escolar como apenas mais um protocolo a cumprir.

Diante desta realidade, o Brasil, país de capitalismo dependente que nunca realizou reformas estruturais, alcança situações de limite do que se pode suportar dentro do capitalismo. Quando reconhecidas as dificuldades na educação pública brasileira, a classe dominante, a burguesia no poder, incentiva e promove na agenda pública, contrarreformas como soluções para a conformação dos problemas que são estruturais e que no entanto, só serão sanados quando houver uma mudança que aponte para fora da ordem capitalista, com o interesse na emancipação humana e não esteja mais a serviço da ideologização burguesa e conformação da classe trabalhadora.

O movimento estudantil, no entanto, aponta para fora da ordem quando organiza os estudantes para reivindicar não só os seus direitos institucionais, mas também, aquilo que promove vitórias, ainda que parciais dentro da ordem mas que enfraquecem a lógica capitalista, como evidencia-se

neste trabalho ao elencar as pautas centrais da *Primavera Secundarista*, quais sejam: a luta contra a Reforma do Ensino Médio, contra a Lei da Mordça e contra a PEC nº241/2016 , ou, “PEC da Morte”, visando liquidar os interesses dos grandes monopólios da educação. Somado a esta conjuntura nacional, os estudantes denunciaram as precárias condições da infraestrutura de suas escolas, sobrecarga dos professores e direções escolares autoritárias.

Cumprе esclarecer que historicamente o movimento estudantil busca se organizar em entidades de representação máxima dos estudantes e, estas, exercem papel fundamental para a garantia de coesão e democracia ao movimento. Nas escolas, os grêmios estudantis são estas reconhecidas entidades que exercem notada função formativa. Como hipótese inicial, acredita-se que os jovens que decidem dedicar parte do seu tempo e vida ao movimento estudantil, possuem alguma formação política que os leva a construir as entidades. Entretanto, o que evidencia-se por meio da experiência da Ocupa Simão, é que os estudantes são formados também por estes movimentos, de maneira sistematizada, com encontros e temáticas propostas, mas também de maneira informal, exercendo tarefas que são intrínsecas ao movimento estudantil e que capacitam estes jovens para variadas atividades.

Para a Ocupa Simão, objeto principal de estudo desta monografia, o grêmio estudantil fora responsável pela organização inicial do movimento. A partir desta entidade, foram realizadas reuniões e as primeiras ações que culminaram, semanas depois, na deflagração do “estado de ocupação” – período em que, estudantes votaram por ampla maioria pelo rompimento da situação de normalidade frente às medidas que visavam a precarização do serviço público. Considerado um momento prólogo à ocupação, foi a partir desta deliberação que o grêmio passou a incorporar novas pessoas e a realizar ações que fizeram emergir o que veio a se chamar o movimento “Ocupa Simão”.

O ato concreto de ocupar a escola veio posterior a este momento inicial e ocorreu quando os estudantes definiram que seria estratégico dar um passo a mais em suas manifestações. Após inúmeras reuniões e assembleias, a ocupação foi realizada com a decisão de não paralisar as aulas, mas incorporar à escola uma série de atividades formativas e uma organização escolar alternativa, que disputaram a lógica da *educação para além do capital*, conforme Mézaros nos ensina.

O movimento Ocupa Simão engajou a sua escola na luta que reivindica melhorias para toda a educação, no entanto, assim como outras ocupações estudantis do mesmo período, sofreu da tentativa de sua criminalização. A partir de *Fake News* e a falta de apoio, que tornou-se conspiração contrária à ocupação, por parte da grande mídia e da direção escolar da E.E.B. Simão J. Hess, os estudantes – jovens do ensino médio, em sua maioria, menores de idade, tiveram que passar por situações que ferem os direitos das crianças e dos adolescentes, como a exposição de violências psicológicas,

ameaças e boicotes ao movimento.

Embora tenha feito parte deste movimento, ao escrever a monografia, busquei afastar-me do objeto para, com o acúmulo teórico da graduação em pedagogia, analisar sua configuração. Tal experiência oportunizou elencar três principais aspectos que se destacam na Ocupa Simão. O primeiro deles, foi sua organização que guardou semelhanças com outros movimentos de ocupação, tendo em vista documentos como a cartilha produzida por estudantes argentinos e traduzida no Brasil pelo coletivo “O Mal Educado”, que orienta “como ocupar uma escola”. Nesta organização, é possível identificar valores como o de autonomia, horizontalidade e divisão de tarefas, que orientam a atuação do movimento e estruturam sua composição interna.

O segundo aspecto analisado, fora o de formação. Para além das atividades especificamente propostas, buscou-se destacar a pedagogia crítica pela qual o movimento se norteou. Com isso, as propostas visaram trazer ao espaço escolar, assuntos que são discriminados, ou, afastados. As motivações para essa secundarização da importância de se formar para a arte, cultura e pensamento crítico, se dá pela própria lógica que a educação é inserida no sistema capitalista. Não se pretende formar pessoas críticas e com desenvolvimento de funções humanas em seu sentido *omnilateral*, mas sim, pessoas anestesiadas, acríticas e conformadas para que não se engajem na transformação do mundo. O movimento Ocupa Simão ao se opor ao modelo vigente, propôs e construiu possibilidades que apontam para a lógica emancipadora da educação.

O terceiro aspecto diz respeito a sua relação com a direção escolar. Esta ocupação, enfrentou como grande empecilho a gestão escolar de caráter autoritário. Neste tópico, buscou-se apresentar os malefícios causados por tal relação, quando, na estrutura escolar, a direção possui um lugar de autoridade, perante os estudantes. Fato é, que os estudantes enfrentaram inúmeras dificuldades para organizar a luta. No entanto, este elemento marcadamente presente na realidade local em que os jovens atuaram, chama a atenção, dado que o documento orientador da ação pedagógica da gestão escolar, aponta a *gestão democrática* como fundamento, que infelizmente fora descumprido, conforme apresentado na presente monografia.

Como finalização deste trabalho, é evidente que as vitórias do movimento foram parciais. Pode-se falar em vitórias parciais, porque apesar da medida provisória de reforma do ensino médio ter se tornado lei, assim como, o congelamento do teto de gastos públicos por 20 anos e, ainda termos inúmeros relatos de professores sendo perseguidos por uma suposta ideologização do ensino, os estudantes frearam a celeridade com que as pautas corriam, além de qualificarem a discussão técnica e política, enquanto verdadeiros interessados na educação pública, conseguindo mobilizar famílias, professores, parlamentares e sociedade civil, para colocarem no centro do debate político, as suas

reivindicações.

Ademais, os ganhos políticos na formação de jovens da escola pública, reafirma-se enquanto hipótese deste trabalho, condição esta que não se retira facilmente. Pelo contrário, o movimento consolidou sua própria formação e aos demais que tiveram acesso às suas propostas. Prova disso, é o fato de muitos jovens tomarem seus rumos em movimentos sociais, políticos e populares, dando continuidade ao engajamento de suas vidas pela emancipação humana. Conclui-se com isso, que esta é uma vitória da *Primavera Secundarista*, trata-se da formação política, pelas próprias mãos de jovens estudantes de escola pública. Esta afirmação, portanto, é o que torna relevante o presente trabalho sob a luz de pressupostos pedagógicos e que faz com que, diante dos que nos ensinam a tirania, sigamos saudando exemplos de luta, de rebeldia, os libertadores de sonhos e os verdadeiros heróis da liberdade.

Édson Luís, presente!

REFERÊNCIAS

- Amaral, N. C. (2016). PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. *Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação - Periódico científico Editado Pela ANPAE*, 32(3), 653–673. <https://doi.org/10.21573/vol32n32016.70262>
- Barbosa, Geraldo Pereira. Voz Operária – Jornal da Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes – www.cclcp.org – ANO XIII – N 18 – Novembro 2011 (Escrito originalmente para Voz Operária – Debate e Construção (jornal de debates internos da CCLCP) No 6, 1º Semestre de 2001)
- Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar 2016: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2016.
- Brasil. Lei Nº 7.398, de 04 de novembro de 1985. Lei do Grêmio Livre. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1985.
- Bueno JGS. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. *Educ rev* [Internet]. 2001Jan;(17):101–10. Available from: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.222>
- Chaves, Vera Lúcia Jacob; REIS, Luiz Fernando e GUIMARAES, André Rodrigues. Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. *Acta Scientiarum. Education* [online]. 2018, vol.40, n.1, pp.13-14. Epub 02-Jan-2018. ISSN 2178-5201. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i1.37668>.
- D’ávila, R. A. (2017). As ocupações de escolas como processos de luta pela dignidade. *Anais do III Seminário Internacional do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina*. Caruaru: PE.
- Gonzalez, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1a edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- Hostins, Regina Célia Linhares. O pesquisador e a lógica histórica: contribuições do historiador e. P. Thompson para a pesquisa em educação - 27ª Reunião Anual da Anped, 2004.
- hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017. 283p.
- Lira, Alexandre Tavares do Nascimento. A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas. 2010. 367 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- Leher, R. Luta de classes e mercantilização da educação brasileira. III International Conference Strikes and Social Conflicts: combined historical approaches to conflict. Proceedings, 2016.
- Libâneo, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2013.
- Marx, K. *O Capital - Volume I*. Boitempo, São Paulo, 2013.
- Miguel, Luis Felipe. "Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero"-Escola Sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro." *Revista Direito e práxis* 7.15 (2016): 590-621.

- Mészáros, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006 (Mundo do Trabalho).
- Moraes CSV, Ferretti CJ, Pino IR, Leher R, Almeida LC, Ximenes SB, et al.. Reforma do ensino médio: a institucionalização do *apartheid* social na educação. *educ soc* [internet]. 2022;43:e261875. available from: <https://doi.org/10.1590/es.261875>
- Munanga, K. O preconceito racial no sistema educativo brasileiro e seu impacto no processo de aprendizado do "alunado negro". In: AZEVEDO, C. et al. Utopia e democracia na educação cidadã. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Secretaria Municipal de Educação, 2000. p. 235-244
- Prestes, Luiz Carlos. Entrevista. *Tribuna de Minas*, 7/6/1967.
- Reis, V. (2017). Ocupar e Resistir: estudantes catarinenses em defesa da escola pública. *Argumentos Pró-Educação*, 2(5), 235-258. <https://doi.org/10.24280/ape.v2i5.196>
- Saffioti, Heleieth I. O Poder do Macho. São Paulo: Editora Moderna, 1987.
- Santos M do CG, Sales MP da S. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA E GESTÃO DO ENSINO: A CONTRIBUIÇÃO DOCENTE À CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA NA ESCOLA. *Ens Pesqui Educ Ciênc (Belo Horizonte)* [Internet]. 2012May;14(2):171–83. Available from: <https://doi.org/10.1590/1983-21172012140211>
- Saviani, Demerval. Escola e Democracia. Campinas: Autores Associados, 2003. 112p.
- Silva, A. S. Juventudes e movimentos de ocupação das escolas: caminhos e desafios para o ensino da geografia. 2017. 161 f. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- Simões, Willian. Ocupações secundaristas em Santa Catarina: experiência e (auto)formação política. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 27, p. e36759, jan/dez. 2021. <https://doi.org/10.26512/lc.v27.2021.36759>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36759>.
- Souza, M. B. de ., & HOFF, T. S. R.. (2019). O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. *Urbe. Revista Brasileira De Gestão Urbana*, 11, e20180023. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180023>
- Pires, M. F. de C (1997). O materialismo histórico-dialético e a Educação. *Interface – Comunicação, saúde, educação*, 1 (1), 83-94.
- Thompson, Edward P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981
- Tomaz, A. da S. L, Ocupação de três escolas estaduais no Rio de Janeiro : ação coletiva; reivindicações e conquistas, 2019.
- Rapoport, M., & LAUFER, R.. (2000). Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. *Revista Brasileira De Política Internacional*, 43(1), 69–98. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292000000100004>
- Rosa, Leandro Amorim. Ocupações estudantis: um estudo psicopolítico sobre movimentos paulistas de 2015 e 2016. 2019. 277 f. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de

Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

APÊNDICE A:**Nota sobre a assembleia do dia 27/10/2016**

O movimento Ocupa Simão da Escola de Ensino Básico Simão José Hess, vem a público em nome do corpo estudantil, agradecer a presença de todos na assembleia ocorrida na manhã de hoje (dia 27 de outubro de 2016).

Contamos com a presença de cerca de 150 pessoas, dentre elas: professores, companheiros de outras escolas e estudantes das Universidades Estadual e Federal. Tal assembleia, teve assiduidade tanto de alunos da manhã, como da tarde, sendo que o diálogo e as opiniões da grande maioria puderam ser compartilhados com aqueles presentes.

Também foi realizada, por conseguinte, as eleições para decidir se a ocupação viria a acontecer ou não. Por 90 votos a favor a 42 contra, foi deliberado o estado geral de ocupação.

APÊNDICE B:**Nota de esclarecimento publicada em 28 de outubro**

Devido à assembleia realizada na manhã de 27 de outubro de 2016 os estudantes da Escola Estadual de Ensino Básico Simão José Hess, através de uma votação democrática com caráter homogêneo, deliberou ESTADO GERAL DE OCUPAÇÃO.

Em momento algum foi especulada uma data concreta para a ocupação em si. E é com convicção que o coletivo AFIRMA que os dados repassados abaixo pela mídia Diário Catarinense, não são verdadeiras.

Repudiamos tal atitude em detrimento da má conduta apresentada e falta de embasamento para noticiar tal situação.

Durante o dia de hoje o movimento NÃO FOI PROCURADO para obtenção de informações.

O Ocupa Simão agradece a todxs pela atenção e força na luta!

APÊNDICE C:

Somos um movimento estudantil de ação, contra as medidas que precarizam a situação nosso país.

Em nossa luta prezamos pela educação, por uma escola de qualidade, por professores interessados, por uma merenda adequada, por mantimentos de higiene básica para todos, aulas dinâmicas e liberdade de expressão crítica. A escola é frequentada por estudantes, logo, temos toda autoridade para ajusta-la de uma maneira mais adequada a nós como um todo.

Devemos sim, ter uma reforma na educação, mas não é congelando os gastos em investimentos públicos que chegaremos lá, porque enquanto os gastos estão congelados, a inflação aumenta e o dinheiro investido passa a valer muito menos do que já é utilizado para suprir algumas (entre muitas) necessidades de melhorias de nossas escolas.

Somos nós quem frequentamos as escolas, que temos que lutar por essa causa, que vamos sofrer com esses ajustes se não fizermos nada, por esses motivos e entre outros, os estudantes da Escola de Ensino Básico Simão José Hess, DIZEM NÃO A PEC 241 E A MP 746/2016.

Estamos convocando estudantes e todos os interessados na causa, para lutarem conosco! Será muito bem vinda toda forma amparo físico e intelectual. Ficaremos abertos a debates, rodas de conversa, oficinas, palestras, sessões de filmes, aulas dinâmicas e movimentos musicais também.

Queremos enfatizar que a nossa luta é pela educação e qualquer pessoa interessada pode entrar em contato conosco.

APÊNDICE D:

ALARME CONSTANTE!!!!

Ao ocuparmos a EEB Simão José Hess as 20:00h do dia 18 de novembro de 2016, foi assinada pelos responsáveis presentes uma ata onde constavam acordos acerca do espaço físico da ocupação. Dentre eles, frisou-se a questão de que o alarme do sistema de segurança da Escola ficaria desligado no ambiente ocupado pelo movimento, uma vez que, esse estaria sob responsabilidade dos mesmos.

As 22:20h do dia 19 de novembro de 2016, enquanto o grupo construía suas atividades cotidianas, fomos interrompidos de maneira estrepitosa pelo ensurdecedor e incessante som do alarme da escola.

Tendo em vistas que nada havia acontecido, aguardamos cerca de 17 minutos por uma resposta, fosse ela por parte da direção ou da empresa que administra a segurança dentro do ambiente escolar.

Em função do barulho constante, o coletivo saiu para o estacionamento aguardando cerca de uma hora e expondo-se não só à chuva, como também à rua, colocando em risco a integridade física dos jovens da Ocupa Simão.

Considerando o relato acima, chegamos a conclusão de que o alarme da EEB Simão José Hess foi acionado de maneira remota, com o intuito de desestabilizar o movimento.

Reiterando a ata do dia 18 sobre o processo de ocupação, afirmamos com convicção que os acordos pré definidos foram desrespeitados, de forma a ferir o caráter legítimo do movimento e também a integridade física dos adolescentes que aqui estavam.

APÊNDICE E:

Nota pública sobre a direção da EEB. Simão J. Hess

Os Centros Ocupados da Universidade Federal de Santa Catarina, Ocupa CCB e Ocupa CED, assim como estudantes do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) e a Associação de Pós-Graduandos (APG-UFSC), manifestam apoio ao coletivo de estudantes que ocupa a Escola de Educação Básica Simão José Hess. Na noite do dia 18 de novembro de 2016, alunas e alunos da escola ocuparam a instituição na luta contra a perda de direitos, unindo-se aos movimentos de ocupação dos secundaristas, os quais procuramos fortalecer, reconhecendo a força da mobilização desse grupo frente a atual conjuntura. Consideramos de fundamental importância a ampliação das frentes de luta em defesa de uma educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

Em razão disso, recebemos com surpresa a notícia de que a atual diretora da instituição, Caren Cristina Brichi, também mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação da UFSC, não tem adotado uma postura de apoio e respeito ao movimento de ocupação. Não só não reconhece o movimento das estudantes, como também tem se articulado com grupos contrários a fim de enfraquecê-lo. Esse apontamento decorre de posturas observadas por nós logo após a ocupação, quando a diretora e outras pessoas trancaram-se em sua sala, sem dialogar com estudantes e pais que estavam na escola. Não há justificativas para isto, visto que a ocupação não paralisou as aulas, não impede a circulação de pessoas e deu-se de forma pacífica, com constantes falas das ocupantes sobre a necessidade de manter a calma e procurar dialogar com toda a comunidade escolar.

No entanto, essa não foi a postura da diretora, pois além de não investir em uma relação dialógica, ela procurou deslegitimar o processo de ocupação, entrando em contato com pais e responsáveis a fim de criminalizar o movimento. Tentou ainda colocar os pais contra estudantes logo que estes ocuparam o prédio, contactando-os e alegando inverdades quanto a postura das ocupantes, o que ocasionou grande desconforto e dor em todas as pessoas ali. Tudo isso a diretora fez a portas fechadas, sem receber ou ouvir estudantes que estavam em assembleia no pátio e que haviam convidado-na para participar deste espaço, recebendo apenas em sua sala pais contrários a ocupação. Este é o serviço a qual se presta uma pessoa comprometida com a educação de crianças e jovens?

Ainda nos questionamentos quanto a diretora, dúvida não só nesse momento, como também nas semanas que antecederam a ocupação do espaço - perceptível na fala das e dos estudantes -, tentamos entender o quão democrática é essa gestão, contrariando inclusive as ORIENTAÇÕES PARA O

GESTOR ESCOLAR [1], instrumento destinado à orientação e suporte de trabalho para Diretores de Escola, o qual diz “a Gestão Escolar Democrática é a maneira de reger uma Escola de forma que permita a participação de toda a comunidade escolar, com transparência e democracia”. Em tempos de defesa da educação, onde projetos como a Escola Sem Partido revoga a autonomia discente e o senso crítico de estudantes, combater posturas como essa faz-se necessário.

Além disso, repudiamos também toda e qualquer manifestação de ódio e intolerância expressas por parte da comunidade escolar e de movimentos conservadores. Incluindo rasgar bandeiras e outras faixas colocadas pelas ocupantes, o que tem acontecido com frequência. Por termos como horizonte a qualidade da educação pública brasileira, defendemos a não criminalização do movimento estudantil e endossamos a luta contra a PEC 55 (241), o Projeto Escola Sem Partido, a MP de reforma do Ensino Médio e todas as medidas que visem o desmonte da educação pública. Seguimos na resistência, com apoio às ocupantes da EEB Simão Hess. Só a luta muda vidas!

OCUPAR E RESISTIR!

Há braços, Ocupa CCB, Ocupa CED, Coletivo de Estudantes do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE).

APÊNDICE F:

(Transcrição da leitura da carta de desocupação do movimento)

Iniciamos nossa fala denunciando as tensões e intolerâncias realizadas por parte da direção do Simão Hess, que se demonstrou extremamente descomprometida com o Movimento Estudantil Ocupa Simão e provou a sua incapacidade de gerir o cargo que lhe foi concebido.

Diante dessa situação, nós do Movimento Estudantil Ocupa Simão nos tornamos cada vez mais fortes, para enfrentar quaisquer tipos de dificuldades juntos!

Construímos com tudo isso, fortes laços afetivos uns com os outros, na convivência, no apoio mútuo, diante de ameaças e enfrentamos negativos. O conceito de família é designado por um conjunto de pessoas que possuem um grau de parentesco entre si. Mas para nós, família é tudo aquilo que nós construímos aqui dentro.

Desde que ocupamos, no dia 18 de novembro, mantivemos a escola em funcionamento e com o que é mais importante: atividades que abordaram problemáticas sociais e a atual conjuntura do país. Durante sete dias, nós da Ocupa Simão, debatemos, reivindicamos, construímos pautas, gritamos palavras por nova ordem social e lutamos contra os nossos oponentes.

Com isso, nós reconhecemos a importância daqueles que foram contrários à ocupação, como uma relação chave para expor nossas próprias fragilidades internas, mas também nos mostrou e estimulou a nossa força. Os nossos oponentes não são as pessoas, mas sim o medo, a insegurança e a raiva que estão enraizados nas nossas instituições políticas e sociais.

Talvez o ponto mais importante da nossa fala, seja o agradecimento feito às pessoas que contribuíram direta ou indiretamente na luta pela qual estamos aqui hoje. Em primeiro lugar, agradecemos às nossas companheiras e companheiros de luta, que são fortes, corajosos, determinados e que lutam pela democracia em nosso país.

Às mães e pais que estiveram conosco na Ocupa Simão e que garantiram a nossa integridade física e o direito de nosso movimento.

Às professoras e professores que nos apoiaram mas que não estiveram presentes e aqueles poucos que estiveram tão bravamente conosco.

Às funcionárias e funcionários que nos acompanharam e contribuíram para o nosso bem estar, segurança e limpeza.

Um agradecimento especial às nossas companheiras e companheiros de luta das ocupações: IFSC, Aplicação e das Universidades!

À todas as pessoas que colaboraram nesse período, que estavam presentes diariamente nos fornecendo tudo que precisávamos, como alimentos, produtos de higiene e limpeza, medicamentos e materiais artísticos.

À todos que se disponibilizaram a conhecer a nossa ocupação e às pessoas que ofereceram debates e oficinas em todos esses dias.

E por fim, às nossas advogadas, que se mostraram comprometidas com a justiça, com a luta pelos nossos direitos e as nossas reivindicações.

Entendemos que todo movimento de ocupação tem um começo, um meio e um fim. Um fim que não representa um fim da luta, mas uma reorganização das formas de lutar. Considerando que no tempo de uma semana, o Ocupa Simão resistiu e conquistou os seguintes pontos:

Instalar-se na escola no dia dezoito de novembro e decidir que a ocupa não paralisaria as aulas; Realizar cerca de vinte atividades na escola nesse período, envolvendo alunos e professores; Ter na escola a presença do Ministério Público na figura do Promotor da Guarda da Infância para conhecer a ocupação; Participar de assembleias nas Universidades; A reorganização do espaço físico da escola; Uma reunião ampliada com professoras e professores E um agendamento na ALESC na próxima quinta feira, dia primeiro de dezembro, o qual todos vocês estão agora convidados a participar!

Com isso, comunicamos que decidimos em assembleia pela desocupação neste ato com vocês, para nos unirmos às lutas que hoje são fundamentais para a volta da democracia em nosso país. Decidimos

sair da escola com vocês e não com a polícia! Nosso grito iniciou sendo: OCUPA OU NÃO OCUPA?
OCUPA!

E agora finalizamos com: LUTAR E RESISTIR! LUTAR E RESISTIR! LUTAR E RESISTIR!

ANEXO 1



O que é a PEC 241 (agora PEC 55)?

A PEC 241 é uma **Proposta de Emenda à Constituição** que visa criar o Novo Regime fiscal no âmbito da União (Executivo, Legislativo e Judiciário). **A principal meta da PEC 241** é o crescimento real zero das despesas públicas e um amplo controle das ações do Poder Executivo. **O principal impacto** da PEC 241 será a imposição de uma trava de 20 anos para os gastos públicos que irá congelar investimentos em programas sociais, saúde, emprego e educação. E como sempre, a população mais pobre do Brasil, que depende das políticas públicas e programas sociais, é quem vai pagar a conta. **Você já não viu ou viveu essa história antes?**

O que é a proposta de reforma do Ensino Médio?

É uma iniciativa isolada do governo federal que visa promover, por meio da **Medida Provisória 746/2016** uma ampla reforma no ensino médio no Brasil sem qualquer debate ou consulta à sociedade. Essa reforma esvaziará e empobrecerá o currículo das escolas ao descartar a obrigatoriedade de disciplinas fundamentais como artes, educação física, filosofia, sociologia, redução de número de aulas de história e geografia, revogação do espanhol e outros cortes. **Você é a favor disso?**



DESMISTIFICANDO O MOVIMENTO OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL

**Nós somos um movimento
apartidário e inteiramente pacífico
dos estudantes pelos estudantes
cuja única bandeira é a educação
para a cidadania no Brasil. A nossa
pergunta básica é: A quem a escola
pertence? Nós estudantes
secundaristas queremos ser o
momento presente desta nação e
não apenas o futuro. Por isso, a
importância de que sejamos ouvidos
já e participemos ativamente das
consultas e debates que estão agora
restritos aos jogos de interesse que
impregnam os três poderes
da União.**